

PROCESSO DE (RE)CRIAÇÃO DE HABITAÇÃO COLECTIVA NA ENCOSTA DA PENHA DE FRANÇA

CARLOTA LOPES DA SILVA

PROCESSO DE (RE)CRIAÇÃO DE HABITAÇÃO COLECTIVA NA ENCOSTA DA PENHA DE FRANÇA

MARIA CARLOTA LOPES DA SILVA

Universidade Autónoma de Lisboa

Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitectura

Orientadores Arquitecta Inês Lobo e Professor Doutor Joaquim Moreno

Texto segundo o antigo acordo ortográfico

Junho de 2019



RESUMO

ABSTRACT

Indispensável para a expansão de Lisboa no século XIX, a Avenida Almirante Reis apresenta-se hoje como um eixo estruturante da malha urbana, por testemunhar o desenvolvimento da cidade fora das muralhas. Esta via, essencial na construção da cidade dos *boulevards*, surgiu, em contraste com a Avenida da Liberdade, como as traseiras de um território de confronto, assente em lógicas de diversidade e sobrelotação. Actualmente, a Avenida faz a ligação entre o centro histórico e os aglomerados habitacionais situados fora do perímetro urbano e é constituída por fragmentos de uma identidade esquecida ao longo dos tempos.

Foi através da descoberta de três vilas operárias que se deu início ao processo de (re)criação da encosta da Penha de França, de forma a desenvolver novas ligações entre cotas e a devolver a relevância funcional e simbólica que teve outrora. A proposta passa por requalificar as células habitacionais e as ligações entre as mesmas, por meio de um sistema que integra um novo programa de habitação colectiva. As necessidades actuais permitiram analisar a evolução dos vários modos de habitar e redesenhar a concepção do espaço mínimo, desenvolvendo-se a partir do desejo de salvaguardar a sua memória e a identidade colectiva do lugar.

Palavras-Chave: vilas operárias; habitação colectiva; (re)criação; memória

Indispensable for the expansion of Lisbon in the 19th century, Avenida Almirante Reis presents itself today as a structuring axis of the urban fabric, for witnessing the development of the city outside the castle walls. This route, which was essential in the construction of the city of the Boulevards, emerged, in contrast to Avenida da Liberdade, as the background of a territory of confrontation, based on a logic of diversity and overcrowding. At the moment, the avenue connects the historical center with the housing settlements located outside the urban perimeter and consists of fragments of a forgotten identity over time.

It was through the discovery of three working-class housing that the process of (re) creation of the Penha de França hill began, in order to develop new connections between levels and to give back the functional and symbolic relevance which it had once. The proposal is to requalify the housing cells and the connections between them, through a system that integrates a new program of collective housing. Current needs have allowed to redesign the concept of minimum space and the evolution of different ways of dwelling, developing the desire to safeguard its memory and the collective identity of the place.

Keywords: working-class housing; collective housing; re(creation); memory

ÍNDICE

	Introdução	008
Parte I		
CIDADE. BAIRRO.	Território: Lisboa	014
	Contexto: Avenida Almirante Reis	024
	Entre cotas: Penha de França	032
Parte II		
BAIRRO. RUA.	Habitação Colectiva	040
	As ilhas	044
	As vilas operárias	046
	As diferentes formas urbanas da vila operária	050
	O programa SAAL	056
	Bouça, São Victor, Malagueira, Álvaro Siza Vieira	
	Rainha D. Leonor, Inês Lobo	
Parte III		
RUA. CASA.	(Re)criação da Encosta	072
	Mercado e Banhos Públicos	078
	Habitar as vilas operárias	080
	Conclusão	108
	Índice de figuras	110
	Bibliografia	112

INTRODUÇÃO

O trabalho “Processo de (re)criação da habitação colectiva na encosta da Penha de França” tem como objectivo compreender a evolução multissecular de Lisboa enquanto território construído em função das necessidades portuárias e da violenta adaptação automóvel ao longo do século XX. Pretende-se também aprofundar o processo de conhecimento sobre a Avenida Almirante Reis, enquanto testemunho de identidade e de memória da cidade, bem como, as áreas adjacentes de forma a compreender as transformações pelas quais este eixo passou ao longo dos tempos.

Devido à sobrelotação da cidade, surgiu o interesse de analisar os diversos núcleos de habitação operária na encosta da Penha de França, com o intuito de dar reconhecimento a um antigo modelo de habitação que outrora foi um marco da época industrial no século XIX e recriar uma possibilidade de uma nova forma de habitação.

“Tal como Carrilho da Graça descreve no texto “Metamorfose”, os percursos mais utilizados no início da humanidade foram as linhas mais altas que definem os vales, as linhas de festo: por um lado, pela facilidade de caminharmos sobre elas — dada a sua regularidade de cota e o facto de não cruzarem cursos de água —, por outro, pela sua segurança — uma vez que dominam visualmente os vales que dividem. Os promontórios, por sua vez, defendidos pela topografia, têm uma única via de acesso, facilmente vigiável, uma considerável dominância visual e têm correspondido, desde sempre, às mais variadas formas de estabelecimento: acampamento, casa, convento, castelo, cidade. Num período subsequente e pela necessidade prática de relacionar os diversos promontórios, terão surgido percursos a meia encosta, unindo o sistema secundário de linhas de festo e duplicando o de percursos das cumeadas principais. Mas existem ainda percursos ao longo de vales, que vão surgindo posteriormente, em paralelo ou cruzando as linhas de água, interligando os pontos notáveis anteriormente referidos. Em conjunto, estas extensas linhas traçadas no território estão na origem quer do espaço público — uma vez que correspondem precisamente aos caminhos realizados pelos homens —, quer do espaço privado — uma vez que definem, entre elas, os solos sucessivamente privatizados. E a cidade de Lisboa é disso um extraordinário exemplo: os promontórios coincidem com os edifícios singulares, as linhas de cumeada concordam com as primitivas vias de deslocação, enquanto as linhas dos caminhos ao longo das meias encosta e dos vales, e em conjunto com as anteriores, estabelecem uma malha de percursos e desenharam os primeiros limites da compartimentação do território.”¹

¹ Marta Sequeira e Susana Rato no âmbito da exposição do arquitecto João Luís Carrilho da Graça (Centro Cultural de Belém, 2015). GRAÇA, João Luís Carrilho. Metamorfose. Jornal Arquitectos, 2002, nº 206.



Fig. 01 Vista Sul sobre a Avenida Almirante Reis do cimo da torre Norte da Praça do Arceiro.
Lisboa, 1957-58.

EVOLUÇÃO CRONOLÓGICA DE LISBOA

138 A.C. – 1179	1348 – 1375	1415 – 1543	1580 e 1756
Cidade antiga	Cidade medieval	Cidade dos Descobrimentos	Cidade barroca
Lisboa Romana. Fortificação de Olisipo. Lisboa Islâmica. Lisboa Afonsina.	Peste Negra. Construção da Cerca Fernandina. Fundação da Rua da Palma.	Lisboa Manuelina. A Inquisição. Batalha de Alcácer Quibir e a Batalha de Alcântara. Lisboa Filipina. A Restauração. Lisboa Joanina. Construção do Convento de Nossa Senhora da Penha de França.	O Renascimento. Construção do Aqueduto das Águas Livres.

TERRITÓRIO

LISBOA

A conformação das colinas e a bacia hidrográfica são a base topográfica da malha urbana de Lisboa. As colinas, formadas pelo processo de erosão provocado pelas águas, criaram um sistema de bacias hidrográficas em forma de “Y” que por sua vez desaguam no rio Tejo. Durante a época medieval, o centro histórico enquadrava-se na área correspondente à colina do Castelo. Após o final do século XIII, actuou-se na regeneração da cidade e na construção de novos limites através de novas muralhas. Mais tarde, impulsionada pelas descobertas marítimas, deu-se uma nova evolução enquanto cidade portuária. O seu desenvolvimento ocorreu sobre duas linhas de água, os vales do Pereiro e de Arroios, actuais Avenida da Liberdade e Avenida Almirante Reis, divididos pela colina de Santana, o que acabou por facilitar no processo de drenagem através de um método natural. As longas avenidas, que ocuparam o lugar dos antigos vales, facilitaram as deslocações de grandes distâncias e tornaram-se os elementos estruturantes da cidade.

Após o terramoto de 1755, surgiu a necessidade de reconstruir a cidade, sendo que a sua malha urbana expandiu-se dando lugar a um novo plano de reestruturação da mesma, através do desenvolvimento de estruturas urbanas como a Baixa Pombalina, desenhada por Carlos Mardel e Eugénio dos Santos. Mais tarde, entre os séculos XVIII e XIX, deu-se a Revolução Industrial que provocou um aumento da população, sendo necessário reordenar a cidade. No final da década de 1850, o arquitecto do município P. J. Pézerat inspirou-se no plano para Haussmann de Paris e propôs uma proposta composta por um boulevard para o vale da actual Avenida da Liberdade, contribuindo para a construção de novos bairros e de novas avenidas através do desenvolvimento de uma rede de transportes públicos e novos arruamentos que pudessem melhorar as malhas dos antigos bairros. Paralelamente, foi desenvolvido um novo eixo, a Este, que permitiu uma expansão urbana para Norte, por obra de uma nova avenida, a actual Avenida Almirante Reis na continuação da Rua da Palma até a Praça do Chile através do plano de Ressano Garcia de 1891. Por fim, o seu prolongamento até ao Areeiro por Duarte Pacheco.



Fig. 02 Praça dos Restauradores, Lisboa. Litografia de Rob Krammerer de 1899-1900.

² Norberto de Araújo. O Sítio e o Largo de Arroios
in *Peregrinações em Lisboa*. Volume I, Livro IV,
Capítulo IX.

“Caminhámos por um trecho da Lisboa que há quatrocentos anos se libertou das muralhas de D. Fernando: campos, quási tudo campos então, de Sant’ Ana, de Santa Bárbara, da Bemposta.

Assistimos à resistência de alguns sítios e arruamentos, que cedem primeiro de um lado, antes de se entregarem ao bemdito inimigo: a urbanização ordenada.

Vimos, no fugaz e apressado passeio, nascerem a Estefânia e Almirante Reis, surgirem de azinhagas ruas novas, de quintas erguerem-se bairros, de valados levantarem-se muros (...)”²



Fig. 03 Carta Topográfica da cidade de Lisboa. Filipe Folque, 1856-58.

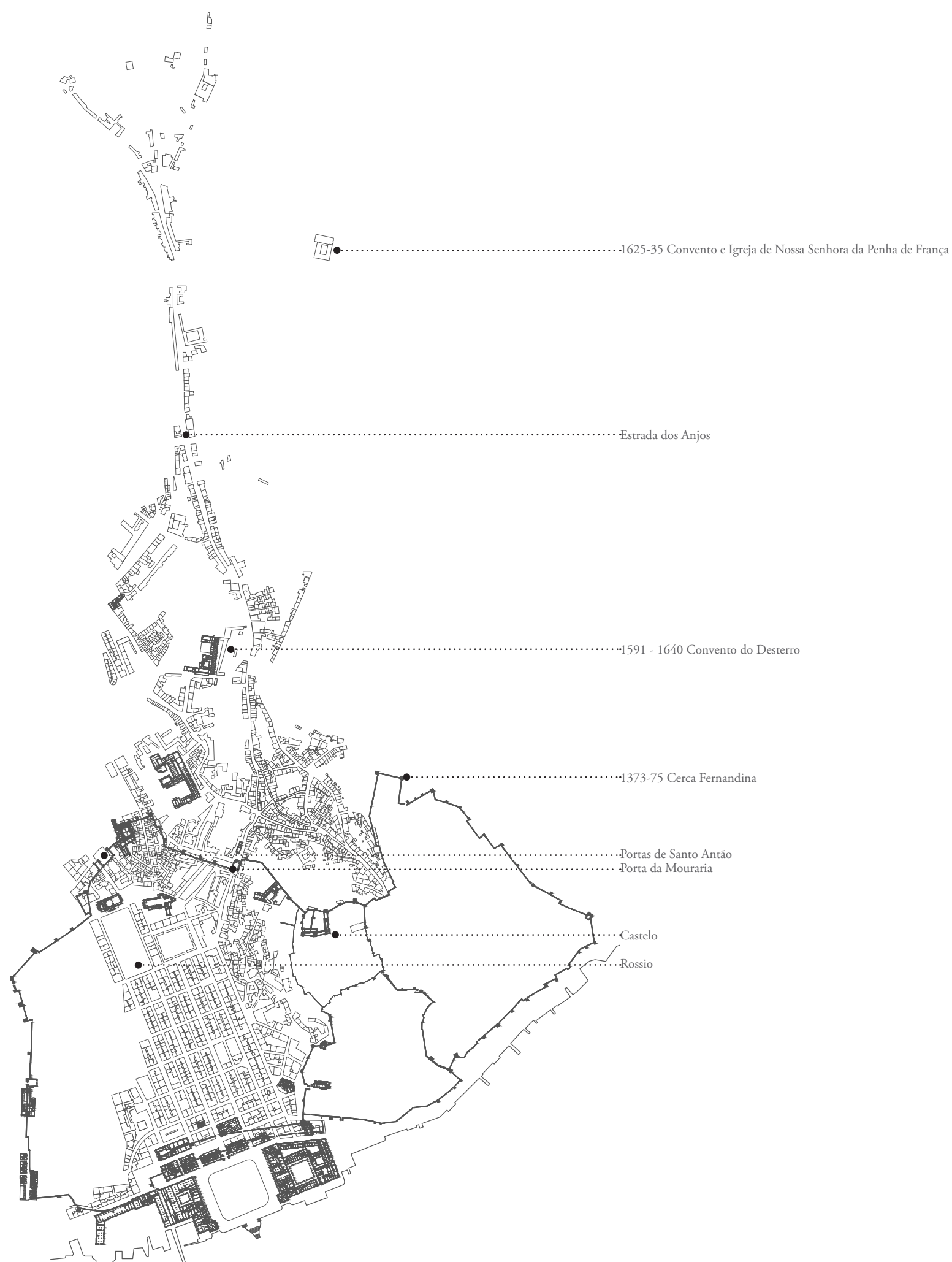


Planta de Lisboa.
Escala 1. 15 000



1. Areeiro; 2. Praça do Chile; 3. Colina de Santa-
na; 4. Avenida Almirante Reis; 5. Rua da Palma;
6. Avenida da Liberdade; 7. Baixa Pombalina;
8. Castelo de São Jorge.





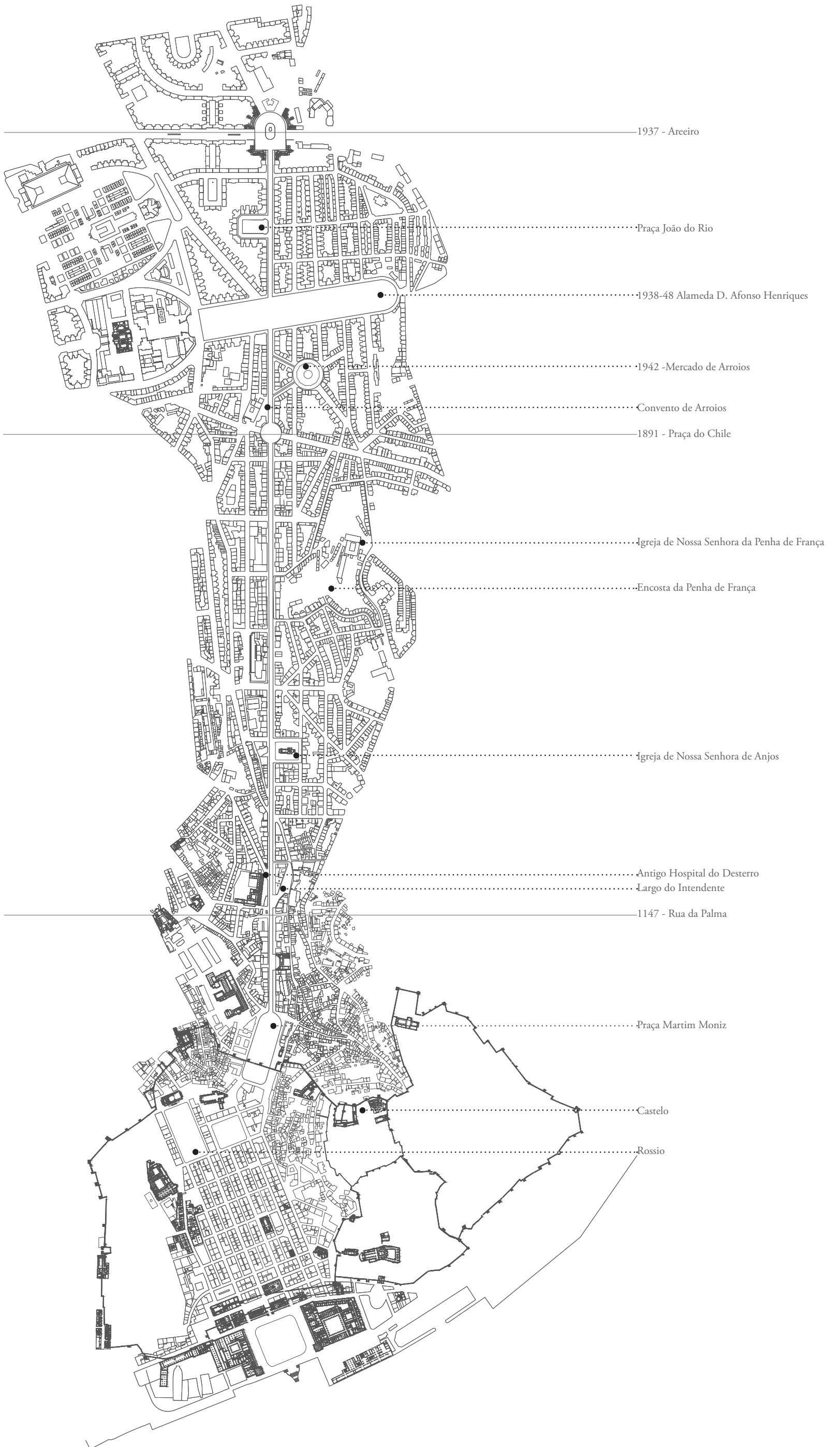
Evolução da Avenida Almirante Reis.
1856-58 e 1904-11.
Escala 1. 12 500





Planta Avenida Almirante Reis, 2016.
Escala 1. 12 500





CONTEXTO

ALMIRANTE REIS

A Avenida Almirante Reis é caracterizada por um conjunto de sistemas que geram complexidades e contradições e, dessa forma, é necessário contextualizar o território do exercício proposto por ser uma área extensa que atravessa diferentes núcleos.

Até ao século XIX, o acesso à cidade era feito por antigas vias romanas, como a estrada de Valverde ou a estrada dos Anjos, situada ao longo da Ribeira de Arroios. Na linha de água, delineada pelos canais da antiga ribeira (actual Regueirão dos Anjos), encontra-se a génese da Avenida, sendo esta uma das mais importantes áreas de produção agrícola. Com o aparecimento de novos arruamentos sobre os campos agrícolas, as ruas do Benfornoso, dos Anjos, da Direita dos Anjos e de Arroios foram sedimentadas para direccionar o trânsito para fora da cidade e a construção da Avenida Almirante Reis veio dar seguimento à antiga Avenida dos Anjos ganhando outra dimensão e dando uma alternativa a estas ruas que existiram até ao fim do século XVIII. A memória da linha de água continua presente no Regueirão dos Anjos, local onde agora podemos encontrar diversas oficinas que possuíam portas de ferro para resistir às cheias. A partir de 1834, com a extinção das ordens religiosas e com o crescimento da cidade, os edifícios de cariz religioso não são demolidos e são-lhes atribuídos novos ciclos de vida através da implementação de diferentes programas. Assim sendo, o Convento de Nossa Senhora do Desterro, a Sul, e o Convento de Nossa Senhora da Conceição da Luz de Arroios, a Norte, tornaram-se hospitais. Em 1903, o prolongamento deste eixo foi novamente delineado, sendo demolida a Igreja dos Anjos, pelo cruzamento da nova avenida com a Rua Direita dos Anjos e esta passou a intitular-se de Avenida D. Amélia até 1910. Deste modo, foi construída uma nova igreja e o chafariz do Intendente foi transportado para uma zona de lavadouro público.



Fig. 04 Vista aérea sobre a Alameda D. Afonso Henriques. Lisboa, 1950.

³ Norberto de Araújo. Dos Anjos, pelo Regueirão, a Santa Bárbara in *Peregrinações em Lisboa*. Volume I, Livro IV, Capítulo VIII, p. 73.

“O nosso tempo é a grande artéria Almirante Reis que sucedeu na designação, como tenho dito, à Avenida D. Amélia: tem 40 anos incompletos. É uma linha urbana de primeira categoria, sem história, que começou a rasgar-se timidamente no final do século passado. Obedeceu a um plano, e por esta circunstância oferece o esplendoroso aspecto citadino que se lhe nota. Assim fôsse sempre Lisboa.”³



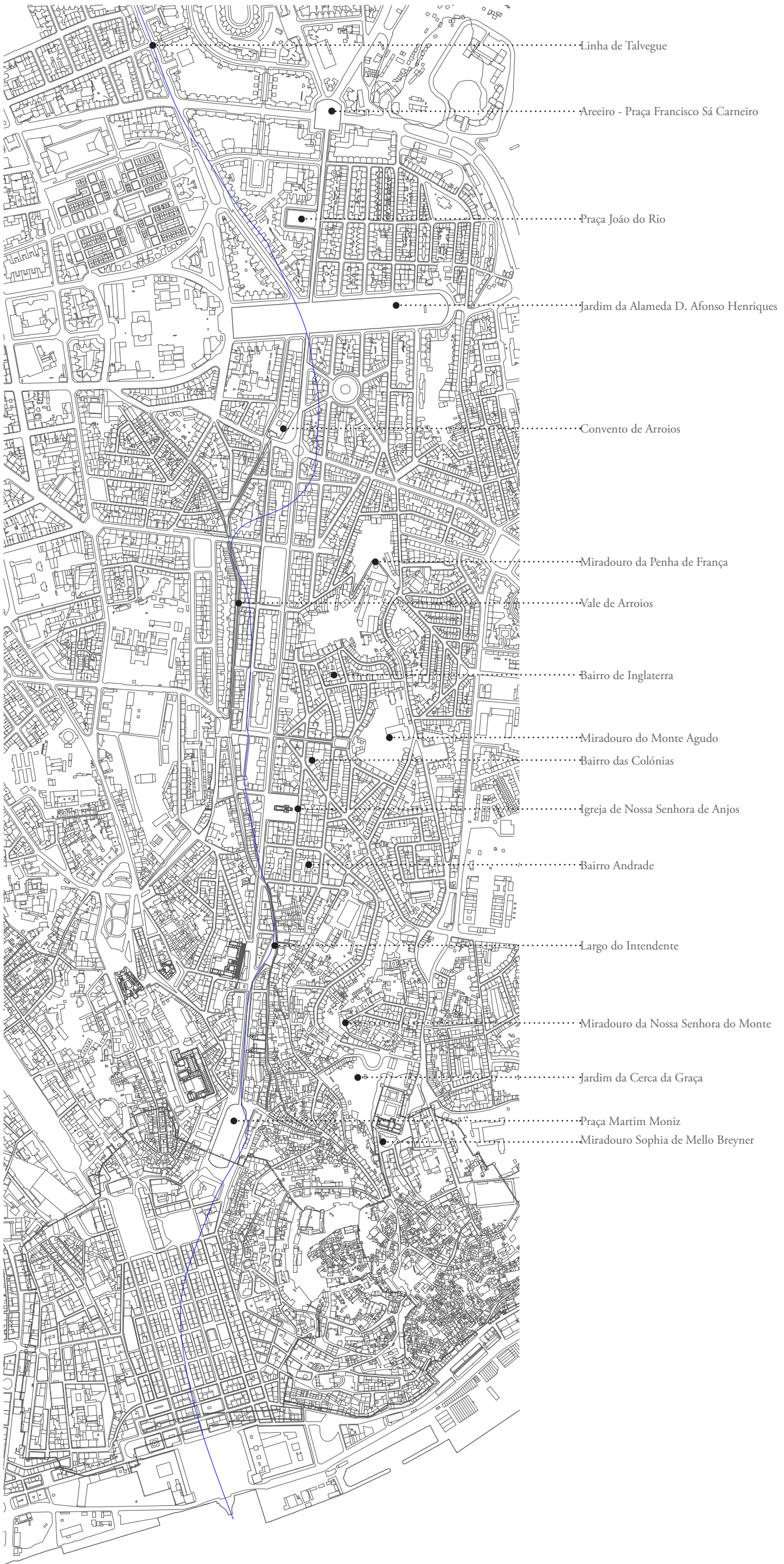
Fig. 05 Avenida Almirante Reis e Largo do Intendente. Lisboa, 1908.

Topograficamente, pela sequência de colinas da cidade, esta foi desenhada a partir de uma estratégia assente nos grandes eixos de expansão urbana, privilegiando os caminhos de vale em direcção às áreas de planalto. O vale de Arroios, actual Avenida Almirante Reis, situa-se entre duas encostas íngremes, o seu troço a Sul que, permitiu o seu rasgamento e o cruzamento com um conjunto de preexistências como o antigo Convento do Desterro e o Convento de Arroios. São também gerados novos espaços públicos ao longo do seu curso e nos bairros que a rodeiam, de uso informal. Refere-se a Praça Martim Moniz, como limite Sul da área de estudo, o Largo do Intendente Pina Manique recuperado em 2012; o Jardim da Alameda D. Afonso Henriques, logradouro público que comemora a chegada das águas à cidade; a Praça João do Rio e por fim, a Praça Francisco Sá Carneiro, Areeiro como limite Norte. A Avenida situa-se entre as colinas de Santana a Poente e a de Santo André a Nascente, com uma sucessão de espaços contemplativos como os miradouros de Sophia de Mello Breyner Andersen, o Jardim da Cerca da Graça, o Monte Agudo, a Nossa Senhora do Monte e da Penha de França.

O eixo da Avenida apresenta um desenho rectilíneo, em suave pendente, com uma extensão de três quilómetros e procura gerar uma unidade pelos territórios que atravessa, caracterizados por sobrelotação e hiperdensidade. Esta via permite a ligação da Praça Francisco Sá Carneiro no Areeiro ao Largo do Intendente, e na sua extensão, encontra-se a Rua da Palma que dá continuidade ao eixo até a Praça Martim Moniz na Mouraria. A Avenida atravessa diferentes bairros identitários como o Areeiro, Alameda D. Afonso Henriques, Arroios, Anjos, Intendente e a Mouraria. Por consequência, existem contrastes visíveis de fragmentação na malha urbana. As suas características individuais permitem a percepção do início e do fim de cada núcleo que assentam em lógicas de “bairro”. A Sul, esta assume-se a partir de um traçado de origem islâmica relativo à época moura; entre o Martim Moniz e o Intendente, um traçado medieval de nível económico; a Norte, um eixo articulador com espaços desenhados como a Alameda D. Afonso Henriques ou a Praça João do Rio; entre o Intendente e a Praça do Chile, os bairros Andrade, de Inglaterra e o das Colónias, construídos no século XIX para a classe média e de malha ordenada. Conclui-se que ao longo da Avenida podemos encontrar áreas com diferentes tipologias e identidades, gerando um território fragmentado com limites bem delineados.

Planta Avenida Almirante Reis.
Escala 1: 12 500





Na transição para o século XX, a centralidade de Lisboa foi alterada com a nova expansão urbana do projecto das Avenidas Novas, criando um marco na habitação da cidade. As diferenças na malha urbana determinaram uma estratificação social, tornando a Avenida Almirante Reis menos burguesa, através da criação de novos bairros residenciais.⁴ Este eixo, de carácter regenerador urbano, desempenhou actividades de relevo no papel da história da habitação da cidade. Sendo uma das vias principais de saída da cidade, onde ocorria o eixo de ligação de comércio da encosta do Castelo e de Alfama à área rural, a Avenida actua como uma linha de charneira, e sociologicamente, resulta como um vale onde desaguam todas as componentes de relações económicas, sociais e culturais pelo comércio e multiculturalidade existentes. Tanto a Avenida Almirante Reis como a Avenida Infante Santo, que ligava a zona da Estrela à Avenida 24 de Julho, são propostas muito semelhantes, construídas consoante as necessidades. Outros exemplos de eixos importantes nas cidades são a antiga via Appia em Roma, a Rua de Atocha, que ligava a estação ferroviária ao centro da cidade de Madrid, Istiklal em Istambul e a Belleville no 20º arrondissement de Paris.

⁴ Raquel Henriques da Silva. *Lisboa de Frederico Ressano Garcia 1874 – 1909*. 1989, p. 31.



Fig. 06 Avenida Infante Santo. Lisboa, 1969.

ENTRE COTAS
PENHA DE FRANÇA

“Do lado nascente, para lá de Almirante Reis de hoje, erguiam-se o Monte de S. Gens, tendo na aba a Bombarda, que subsiste, o Monte Agudo, ainda evocado na designação oral de há meia dúzia de anos, e do qual saía o Caminho de Fôrno do Tijolo, ou “Charca”; e o “Cabeço do Alperche”, que deu a Penha de França, por cuja encosta descia o Caracol da Penha (hoje Rua Marques da Silva). Êste Caminho do Fôrno do Tijolo (“charca” ainda dos nossos dias) e o Caracol da Penha, hoje irreconhecível, na urbanização de há quinze ou vinte anos, eram os únicos troços de serventia que ligavam Santa Bárbara e Arroios aos montes do lado de onde o sol nasce.”⁵

Pela proximidade da Avenida com as colinas adjacentes, é importante analisar a cota intermédia onde habitam a maioria dos residentes e repensar as suas acessibilidades e a relação com as áreas adjacentes. Constata-se que a cota alta tem predominantemente o uso de equipamentos públicos enquanto a cota baixa acaba por resultar como um espaço público de grande dimensão. Colina de Santana é um exemplo de uma área maioritariamente de construções de ordens religiosas, apropriadas para equipamentos públicos de saúde ou de ensino.

⁵ Norberto de Araújo. Dos Anjos, pelo Regueirão, a Santa Bárbara in *Peregrinações em Lisboa*. Volume I, Livro IV, Capítulo VIII, p. 74.



Fig. 07 Vista do Convento de Arroios desde a Igreja de Nossa Senhora da Penha de França, início século XX.



Fig. 08 Vista da Igreja de Nossa Senhora da Penha de França, início século XX.

Sendo a cota intermédia densamente povoada, surge uma possibilidade de trabalho, a criação de um sistema de articulação transversal à Avenida. A área da intervenção é conhecida como Caracol da Penha, na encosta da Penha de França, pelo seu percurso íngreme e sinuoso. Na proximidade do antigo Convento de Nossa Senhora da Penha de França, lugar de solo fértil onde existiam olivais, vinhas e pomares onde se encontrava um depósito de águas construído durante o século XVIII, hoje em dia, desactivado. Como marco visível em toda a cidade e por ser um dos pontos mais altos, este território tornou-se um aglomerado de pessoas vindas de regiões assoladas pelas tropas em 1810, tendo sido também, o alojamento de militares durante as invasões francesas no século XIX. Nota-se que é uma área em que ainda não está consolidada devido ao seu declive e à sua grande dimensão.



Fig. 09 Penha de França, 1949.

Na ligação entre o Largo da Penha de França e a Avenida Almirante Reis, encontram-se quatro vilas operárias: a Vila Sebastião Saraiva Lima, a Vila Saraiva de 1901; a Vila Dejanira, mandada construir por José António de Macedo em 1877, uma estrutura precária e, por último, a Vila Gomes, um projecto inicial de João Gomes e o historiador Rui Matos. Considerada de interesse patrimonial desde 1990, a Vila Gomes foi instalada na encosta a partir de 1901 e em 1908 foi concluída a construção do segundo piso e da galeria metálica. Escalonada para acompanhar o declive do terreno, forma um pátio alongado, tratando-se de um edifício em correnteza de dois pisos com um total de 24 unidades, de acesso vertical por escadas exteriores e de acesso horizontal pelas galerias metálicas, tendo já sido submetida a projectos de melhoria com a finalidade de reforçar as estruturas e as condições de conforto. No entanto, a Vila Saraiva é constituída por 10 módulos, distribuídos em três volumes independentes, de características distintas. Foi através da descoberta destas vilas operárias que se deu início ao processo de (re)criação de habitação colectiva na encosta da Penha de França.

Fig. 10. 11. Vila Dejanira, 2019.

Fig. 12. Vila Sebastião Saraiva Lima, 2019.

Fig. 13. 14. 15. Vila Gomes, 2019.

Fig. 16. 17. 18. 19. Vila Saraiva, 2019.



Fig. 10



Fig. 11



Fig. 12



Fig. 13

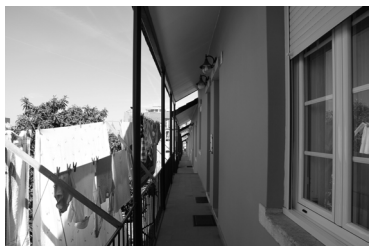


Fig. 14

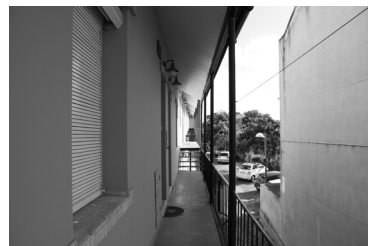


Fig. 15



Fig. 16

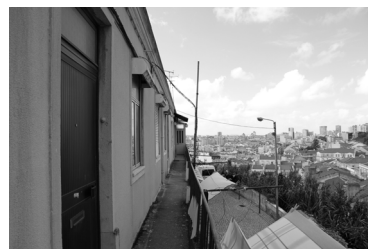


Fig. 17



Fig. 18



Fig. 19

HABITAÇÃO COLECTIVA

*“A habitação colectiva seria o programa que possuía a capacidade de realizar extrapolações no que diz respeito ao problema da densidade urbana, ao problema dos complexos semirrurais dispersos, às condições precárias das classes desfavorecidas.”*⁶

Após a Revolução Industrial de 1848, ocorreram as primeiras grandes intervenções urbanas em cidades europeias. Ruas, quarteirões e espaços públicos foram redesenhados para permitir o crescimento da cidade, de acordo com os planos de Haussmann em Paris no ano de 1853, Ringstrasse em Viena 1858 e Ildefonso Cerdá em Barcelona 1859.

Com os centros urbanos destruídos no final da primeira Guerra Mundial, a situação da habitação agravou-se. Em cenário de bairros operários sobrelotados, as habitações plurifamiliares tiveram que ser adaptadas. Nos primeiros Congressos Internacionais de Arquitectura Moderna (CIAM) surgiram então novas formas de habitação colectiva com apoio à Carta de Atenas de 1933, que manifestaram um novo conceito de relação entre cidade e habitação. Henry Roberts apresentou um protótipo de alojamento para operários na Exposição Mundial de 1851 em Londres que, acabou por influenciar as construções operárias durante o resto do século.⁷

⁶ Ricardo Carvalho. Ler Nuno Teotónio Pereira: uma realidade existencial in *Estudo Prévio*. 2016, p. 4.

⁷ Kenneth Frampton. *História Crítica de la Arquitectura Moderna*. 1993, p. 21 e 22.

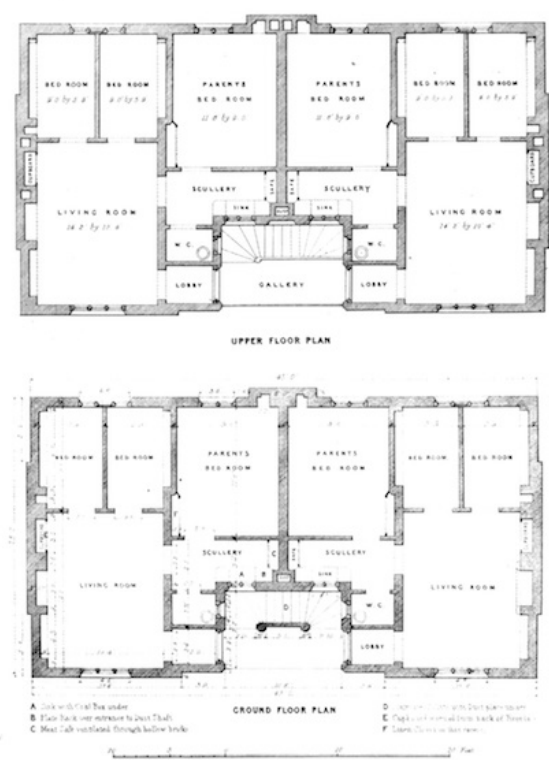


Fig. 20 Planta Casa Tipo para quatro famílias. Henry Roberts, 1851.

Em 1929, no segundo CIAM, apresentada a ideia de *Existenzminimum*, por Ernst May, que consistia numa habitação com um espaço reduzido e um nível mínimo de conforto, sendo que, o objectivo não se baseava numa habitação de espaço reduzido mas, acima de tudo, assegurar o mínimo de qualidade de vida. Gropius descreveu-o como “o elemento mínimo de espaço, ar, luz, calor que o Homem necessita para desenvolver totalmente as suas funções vitais.”⁸ Defendia-se uma redução de custos para permitir um desenho simples independentemente do programa e para que fosse possível construir maior número de casas para as famílias mais necessitadas. Alguns dos princípios constructivos da habitação mínima baseavam-se na aplicação de isolantes térmicos, impermeabilizantes e acústicos; laváveis ou tácteis; em vãos para iluminação, ventilação e visibilidade, e também na possibilidade de compartimentação interior com várias funções no mesmo local, com o conceito de flexibilidade funcional, através de utilização de elementos amovíveis.

Referindo ainda Gropius, a área por habitante seria entre os 35 e os 50 m² para fogos com dois, três ou quatro quartos. No entanto, Ernst May assinalou que seria 50, a área total da habitação mínima, justificando que o tipo de habitante pertencia à classe operária alemã dos anos 20. A habitação mínima correspondia ao mínimo funcional, onde é possível habitar eficientemente, variando entre 12,5m² a 14m² enquanto que Le Corbusier estabeleceu um valor de 14m² para habitações individuais.

⁸ Carlo Aymonino. *La Vivenda Racional: Ponencias de los Congressos CIAM 1929-1930*. 1976, p. 120.



Fig. 21. 22. Westhausen. Frankfurt, 1929.

AS ILHAS

Nos meados do século XIX, no decorrer da Revolução Industrial, deu-se um processo de transformação de Lisboa e Porto, devido à afluência massiva da população em procura de melhores condições de vida. Por conseguinte, deu-se uma elevada concentração de mão-de-obra operária e na crescente miséria das condições de habitação do operariado nos principais centros industriais do país.⁹

⁹ *Inquérito Industrial*, 1881

¹⁰ Manuel Teixeira. As Estratégias de Habitação em Portugal 1880-1940 in *Análise Social* XXVII 115, p. 67/68.

¹¹ *Ibidem*.

¹² Alexandre Alves Costa. A Ilha Proletária como Elemento Base do Tecido Urbano: Algumas Considerações sobre um Título Enigmático in *Jornal Arquitectos*. 2002, nº 204, p. 9.

No caso da cidade do Porto, o alojamento da população operária dava-se em ilhas, “filas de pequenas casas de um único piso construídas nos quintais de antigas habitações burguesas. A maior parte das ilhas não tinha abastecimento de água e as instalações sanitárias eram partilhadas por todos os habitantes. As ilhas eram uma forma de habitação específica, desenvolvida para satisfazer a procura de habitação barata por parte das classes trabalhadoras. As maiores concentrações de ilhas davam-se na proximidade de zonas industriais.”¹⁰ Datadas da segunda metade do século XIX, “entre 1864 e 1900, as ilhas chegaram a representar 65,5% do volume total de construção no Porto.”¹¹ A ilha proletária, “como elemento base do tecido urbano”¹² foi considerada um modelo erudito e uma solução de alojamento para a população migrante.



Fig. 23 Ilha, Porto.

AS VILAS OPERÁRIAS

No caso da cidade de Lisboa, a Indústria instalou-se a Ocidente, no vale de Alcântara e a Oriente, nas freguesias de Marvila e do Beato, devido à expansão da linha ferroviária do Norte. “O crescimento industrial traz alterações significativas no tecido social,”¹³ sendo que as cidades não esperavam um aumento populacional.

Na segunda metade do século XIX, os operários habitavam palácios degradados, conventos extintos de ordens religiosas ou até mesmo logradouros insalubres. Surgindo assim os pátios, como uma nova forma de habitar através da “apropriação espontânea de estruturas pré-existentes.”¹⁴

A propagação de bactérias causou situações de perigo para os habitantes, devido à falta de higienização, o que pode ter originado o surto epidémico de 1894. Desde então, como a população da classe operária não tinha capacidade económica para habitar em novos bairros, a intervenção do Estado, de associações e de cooperativas foram necessárias para solucionar o problema do alojamento. Surgiu assim um novo tipo de habitação plurifamiliar, as vilas operárias que, se destinavam apenas a famílias operárias e geralmente estavam situadas perto das unidades fabris, tal como os pátios, de modo, a evitar as despesas de transportes. Correspondendo à última fase de alojamento operário, as vilas resultaram da evolução morfológica do pátio. Para investir no bem-estar dos trabalhadores, certas empresas construíram os seus próprios alojamentos, de espaço rentável com capacidade de alojar familiares e que pudesse ainda ampliar o conjunto, pela repetição do mesmo módulo.

¹³ Maria João Rodrigues. A produção do espaço urbano na Lisboa Oitocentista in *Tradição, Transição e Mudança*. 1979.

¹⁴ Ana Leonor Tomás. *Cidade Oculta: A Vila Operária*. 2007, p. 2.



Fig. 24 Pátio do Biaggi, Amoreiras.

A primeira concentração de vilas operárias deu-se em eixos industriais, nos vales de Chelas e Alcântara, através das fábricas que aí se estabeleceram e se multiplicaram até Campo de Ourique e Campolide, fruto do crescimento da Estrada da Circunvalação. A segunda aglomeração ocorreu em Xabregas, Beato e Poço do Bispo, com as novas fábricas instaladas ao longo da margem do rio. O terceiro agrupamento aconteceu graças ao crescimento demográfico em áreas como a Graça, onde se encontravam alojados habitantes que trabalhavam em estabelecimentos no centro da cidade e, a Penha de França, onde os trabalhadores iam para Xabregas e Beato. Os operários eram principalmente carpinteiros e marceneiros em oficinas, construções, estabelecimentos industriais ou agrícolas. A localização das vilas “é o reflexo da formação de fortes rendas diferenciais na cidade capitalista e tem como consequência a segregação social do espaço urbano.”¹⁵ Mais tarde, as vilas chegaram a outras zonas com condições de terreno propícias, mas continuavam sem instalações sanitárias nem abastecimento de águas e, por se situarem nos pisos térreos, as condições de salubridade agravavam-se pela humidade criada e pela ausência de exposição solar.

As vilas operárias eram um agrupamento tradicional na cidade com programa mínimo, de construção simples, de estrutura modular e de custo reduzido destinado às famílias de pouco rendimento. Com diversas tipologias, as vilas eram geralmente construídas no interior de quarteirões à semelhança das ilhas do Porto. As vilas apresentavam-se como “pequenos guetos dentro da cidade, onde se pretendia que as pessoas vivessem isoladas, deslocando-se apenas da casa para a fábrica” e ajudavam a estimular “relações de vizinhança quase sempre na base do trabalho comum a que a todos unia no mesmo esforço.”¹⁶ Por volta de 100 unidades habitacionais entre vilas operárias e pátios já foram considerados interesse histórico e patrimonial.

¹⁵ Teresa Barata Salgueiro. Habitação Operária em Lisboa in *Arquitectura: planeamento, design, construção, equipamento*. 1981, p. 74.

¹⁶ Alice Vieira. *Esta Lisboa*. 1993.



Fig. 25 Vila Sousa, Graça.

AS DIFERENTES FORMAS URBANAS DA VILA OPERÁRIA

Em 1994, Nuno Teotónio Pereira desenvolveu um artigo com as diversas tipologias de vilas operárias; *a vila formando pátio* gerava uma organização espacial em que as habitações se agrupavam à volta do terreno, ocupando todo o seu perímetro com acesso através de um espaço central, comum e descoberto - Vila Gadanho; *a vila que acompanha a via pública* era um edifício de dois ou três pisos em correnteza ou o tipo bloco/ “challet” de quatro fachadas livres e um acesso central de tipologia que surgiu em bairros mais pobres ou em zonas segregadas; *a vila construída atrás de edifício* - Vila Luz na Rua Pascoal de Melo, Vila Raúl nas Amoreiras, Vila Cellarina, Vila Borba em Campolide - onde existiam duas realidades na mesma área, em que a hierarquia social era demonstrada através de um edifício para a burguesia e no interior do lote, uma vila destinada a famílias proletárias. O acesso é feito à ilharga, através de um corredor lateral descoberto; a cotovelos, contornando o edifício ou através de uma passagem em arco, de linha recta, sob o próprio edifício, resguardado por um portão de ferro e uma placa com indicação do nome da vila de modo a identificar o nome dos proprietários. Existe ainda *a vila formando rua*, em que a rua adquire um carácter particular porque acaba por pertencer à própria vila e surgiram em zonas de terreno mais plano, como é o exemplo da Vila Dias em Xabregas, construída em 1888; *a vila directamente ligada à produção* trata-se de habitações integradas no próprio edifício das instalações fabris, como por exemplo, a antiga Fábrica de Tecidos Lisbonense construída em 1873, conhecida hoje como Lx Factory em Alcântara; e por fim, *a vila de escala urbana*, de dimensão urbana, é um bloco de habitação que, faz parte de um sistema viário como o do Bairro Grandella, o Bairro Estrela d’ Ouro na Graça construído em 1908 e a Vila Cândida na Avenida General Roçadas, construída em 1912.



Fig. 26 Vila Dias. Xabregas, Lisboa. *Vila formando rua.*



Fig. 27 Vila Dias, 2013.

As vilas operárias eram edificações com acesso directo da rua para o aproveitamento máximo da área disponível, de forma, a ter maior rendimento e o maior número possível de fogos reduzidos a áreas mínimas. O tijolo, os letreiros em chapa, o remate ornamentado das coberturas são os materiais geralmente utilizados. Os acessos verticais são pensados de maneira a reduzir os espaços pouco rentáveis através de galerias exteriores construídas em estruturas de ferro como, por exemplo, a Vila Gomes na Penha de França.



Fig. 28 Bairro Estrela d' Ouro. Graça, Lisboa. *Vila de escala urbana.*

Com a intensificação da indústria, a habitação teve necessidade de ser reduzida e a partir de 1930 foi proibida a construção de novas vilas, tendo sido contabilizadas 350 vilas em 1979 através de um estudo realizado por Maria João Madeira Rodrigues. Em 1918, foi introduzida uma nova tipologia de habitação colectiva no tecido urbano, em que os bairros da Ajuda e do Arco de Cego foram os primeiros exemplos a serem construídos e a contrariar o carácter de bairro operário.

Simultaneamente, as condições de vida dos habitantes mantinham-se, por isso, o Estado Novo criou um novo modelo de habitações para operários, os Bairros das Casas Económicas, baseado no exemplo da casa unifamiliar da Cidade-Jardim de Ebenezer que tinha como principal característica a tipologia de espaços mínimos e como objectivo de criar um novo modelo social como elemento principal - a família. Foram construídas pequenas moradias unifamiliares situadas no limite urbano por serem terrenos menos dispendiosos e eram destinados a famílias operárias que apresentassem uma estrutura familiar consolidada com poucos rendimentos. Durante os anos 50, o aumento das massas populacionais nas grandes cidades, Lisboa e Porto, deu-se o êxodo rural, e por falta de condições económicas, a população rural iniciou a apropriação de espaços, surgindo os primeiros casos de clandestinidade.



Fig. 29 Bairro das Casas Económicas. Bairro Arco do Cego, Lisboa, 1918-1935.

O PROGRAMA SAAL

SAAL, o Serviço de Apoio Ambulatório Local, criado por Nuno Portas, Secretário de Estado da Habitação e Urbanismo no primeiro Governo Provisório, marcou um momento importante na evolução da habitação colectiva e teve início após o 25 de Abril de 1974. Como o país se encontrava num panorama económico social complicado, o programa foi criado com o intuito de resolver o problema das habitações degradadas no interior dos quarteirões, atribuindo habitações a famílias mal alojadas que se encontravam em dificuldades e, contribuindo assim para a sua integração social. Esta operação foi caracterizada pelo reconhecimento do direito de permanência dado aos moradores para que estes não se sentissem excluídos da sociedade e também pelo trabalho em equipa com os arquitectos na transformação dos seus bairros, de modo a melhorar a qualidade dos espaços habitacionais. Álvaro Siza Vieira, Alexandre Alves Costa, Eduardo Souto Moura, Gonçalo Byrne e Nuno Teotónio Pereira foram alguns dos arquitectos que colaboraram nesta operação e que intervieram no centro da cidade e num novo modo de habitar. A participação da população possibilitou a percepção das necessidades e das pré-existências. A expulsão dos moradores seria a última opção a ser tomada e a utilização dos materiais existentes no local mantinha os custos controlados das construções. O programa SAAL tinha como objectivo a organização social da procura, ou seja, o apoio à melhoria do alojamento e o controlo dos empreendimentos dos habitantes.¹⁷

¹⁷ Teresa Barata Salgueiro. *A Promoção Habitacional e o 25 de Abril*. 1986, p. 673-691.

¹⁸ Cfr. Catarina Alves Costa, disponível em <https://desobedoc.wordpress.com/2014/04/09/casas-para-o-povo-de-catarina-alves-costa-2010/>

Enquanto em Lisboa, as operações se encontravam nos subúrbios, no Porto, situavam-se no centro dos bairros históricos onde os autóctones viviam e “aí, experimentou-se a ideia de uma cidade em que os pobres têm direito ao centro histórico, onde o velho e o novo coexistem.”¹⁸

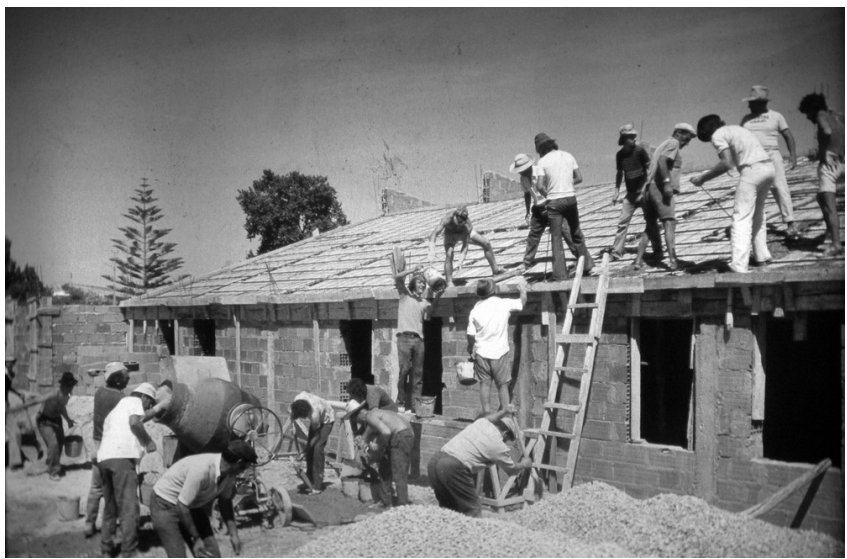


Fig. 30 As operações SAAL.



Fig. 31 O processo colectivo e participativo para a habitação. Porto, 1974.

O conjunto de realojamentos no Bairro de São Victor e no Bairro da Bouça são alguns dos exemplos SAAL no Porto, da década de 1970, projectados por Álvaro Siza Vieira. O plano de reparcelamento do Bairro de São Victor releva maior importância por respeitar a memória das ilhas, sendo que as pré-existências serviram de referência a uma nova implantação e mantiveram-se alguns dos seus vestígios como, por exemplo, a constituição de doze casas edificadas em terrenos estreitos. Trata-se de um volume único no interior de um quarteirão, estruturado pelas ruas de São Victor, São Dionísio, Senhora das Dores e a Viela da Pedreira.

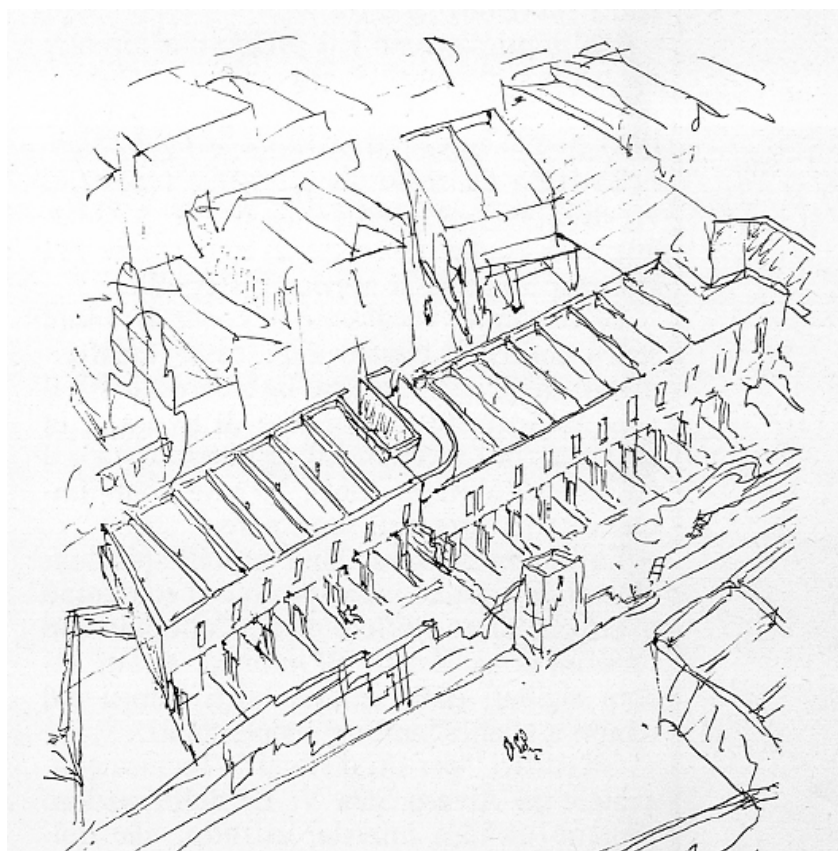


Fig. 32 Bairro de São Victor, Porto.

As obras de construção do Bairro da Bouça foram interrompidas em 1976 quando o programa SAAL terminou, o que facilitou a ocupação ilegal das habitações que já estavam construídas. A partir de 1999, quando o projecto prosseguiu, as casas passaram a ser mais atractivas para os estudantes. O Bairro é constituído por edifícios em banda, em quatro blocos longitudinais e oblíquos, sendo que cada um deles é complementado por um equipamento colectivo numa das extremidades. Na outra extremidade, o remate é feito através de um muro contínuo que protege o conjunto habitacional da linha ferroviária. Inicialmente, tinha como propósito a habitação social a custos controlados, passando a ser ocupada na sua maioria por jovens adultos em início de vida independente. Cada habitação tem uma relação directa com o exterior e é identificado como Bairro por ser um conjunto habitacional que toca pontualmente na cidade.



Fig. 33 Bairro da Bouça, Porto.

¹⁹ Paulo Tormenta Pinto. Construir no SUL – Laboratório para os Fundamentos da Arquitectura Portuguesa Contemporânea in *Estudo Prévio*. 2016, p. 9.

O projecto de urbanização Bairro da Malagueira, em Évora, no seguimento do programa, também pelo arquitecto Álvaro Siza Vieira, foi construído numa encosta aberta, no interior de uma antiga propriedade agrícola a Oeste das muralhas medievais. A construção da urbanização deu-se devido ao crescimento urbano e encontra-se a uma curta distância do centro histórico da cidade. No Bairro da Malagueira, o arquitecto Siza pôde estudar “questões básicas como a infraestrutura, a tipologia a materialidade branca, o pátio, a luz e a sombra (...) a composição cubista de volumes puros, ganha a máxima expressão, tanto pela intensidade da luz como pela profundidade da sombra, variantes que unificam a relação da ampla intervenção, com a proximidade do núcleo urbano da cidade histórica, harmonizando e disciplinando o crescimento da cidade nas últimas décadas.”¹⁹



Fig. 34 Quinta da Malagueira, Álvaro Siza. Évora.

²⁰ Plano de Pormenor para a zona da Malagueira – Évora in *Arquitectura: Planeamento, Design, Construção, Equipamento*. 1979, p. 34.

²² *Ibidem*.

²² Francesco Venezia. Built on the site in *Lotus International*. 1983, nº37, p. 80.

A estratégia consistiu numa extensão linear da cidade extramuros²⁰ e numa grelha ortogonal de parcelas rectangulares do tipo casa-pátio, cujo pátio ora confronta a rua directamente ora está direccionado às traseiras, onde a cidade árabe é observável nos pátios murados e nas volumetrias. O edificado é composto por dois pisos, de 2 a 5 divisões, em talhões de uma só frente, de 8 metros de largura e 12 de profundidade. A repetição deste sistema permitiu a redução dos custos e a relação de volumetrias serviu para criar uma relação com o existente. O procedimento para os blocos habitacionais no bairro da Malagueira é análogo: por escavação e não por adição.²¹ As condutas visíveis em toda a urbanização, de pedras de cor escura contra o branco das casas, reflecte uma ideia de um edifício inacabado e ao mesmo tempo do que resta de um edifício, ou uma cidade fundadora e uma que acaba de ser descoberta.²²

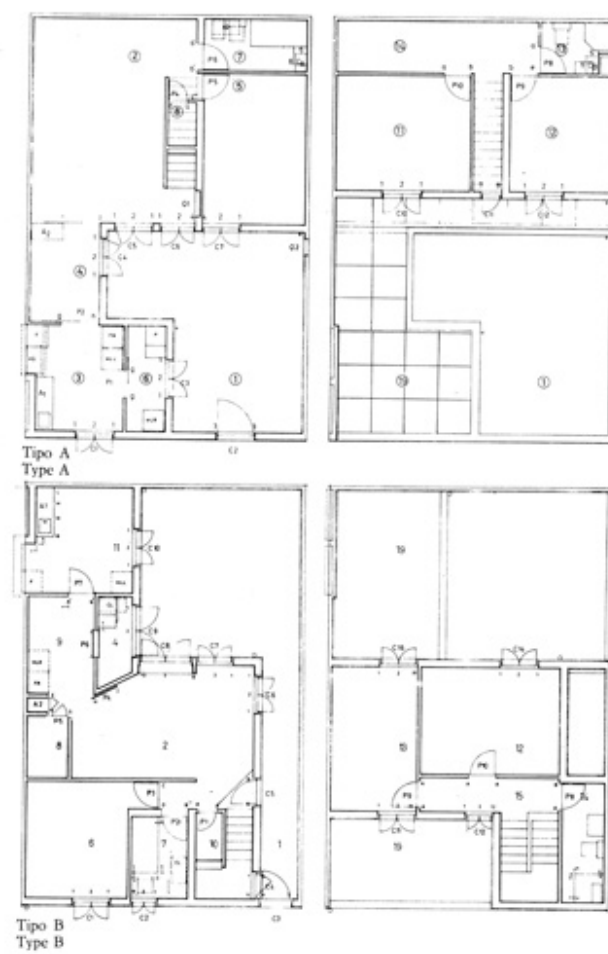


Fig. 35 Plantas Quinta da Malagueira, Álvaro Siza. Évora.

Extinto em Outubro de 1976, o programa durou apenas dois anos, por ter sido bastante criticado, ocorrendo até um atentado de bomba nas instalações SAAL Norte.

*“Foi o fim de um sonho poder acabar com as barracas e com as ilhas. Assinados muitos dos projectos por alguns dos mais conceituados arquitectos portugueses, ficaram certas realizações como testemunho do muito que se poderia ter feito e de uma forma política, social e tecnicamente inovadora para um problema que se arrastava há décadas(...)”*²³

De referir ainda, o Bairro Rainha D. Leonor, situado acima da foz do Douro, construído nos anos 50, é caracterizado pelas áreas reduzidas das topologias habitacionais e tem vindo a sofrer um processo de transformação. A estratégia consistiu em devolver a homogeneidade ao edificado, aos logradouros e zonas comuns, preservando os seus volumes mas com alterações tipológicas de maneira a responder às carências e modos de vida dos habitantes.

Esta análise permitiu reflectir sobre o habitar no espaço mínimo, levantando questões relacionadas com o critério da domesticidade e um padrão de conforto, sendo que o elemento em comum entre estas e os bairros SAAL traduz-se na repetição de células habitacionais que os definiram como projectos de carácter económico, de custo reduzido quer pela escolha dos materiais quer pela relação de aproximação dos núcleos habitacionais aos locais de trabalho. Estas unidades habitacionais procuram responder à carência de alojamento de baixo rendimento na cidade no surto demográfico. Apesar do carácter de alojamento de baixo rendimento surgem motivos de orgulho para os residentes e de entusiasmo para os visitantes.

²³ Nuno Teotónio Pereira in *Público*, Setembro, 1993.



Fig. 36 Conjunto de Habitação Municipal, Bairro Rainha D. Leonor, Porto.
Edifícios antes da intervenção



Fig. 37 Conjunto de Habitação Municipal, Bairro Rainha D. Leonor, Porto.
Inês Lobo Arquitectos, 2005-2013. Edifícios antes da intervenção.

²⁴ SIZA, Álvaro cit. por COSTA, Alexandre Alves. A Ilha Proletária como Elemento Base do Tecido Urbano: Algumas Considerações sobre um Título Enigmático in *Jornal Arquitectos*. 2002, nº 204, p. 12.

²⁵ Ibid., p. 14.

A habitação colectiva é o elemento polarizador do desenvolvimento urbano e indissociável à cidade, como foi considerado pelo arquitecto Siza “a ilha como possível estrutura de desenvolvimento da cidade,”²⁴ assente em ideias “racionais, de bom senso.”²⁵ As ilhas e as vilas operárias, enquanto testemunho da época industrial, foram os primeiros exemplos portugueses de um modelo colectivo de alojamento com relação entre espaço privado e espaço público/espaço comunitário, por apresentarem uma semelhança ao ambiente de aldeia através das formas de relacionamento e de convivência típicas do meio rural, no entanto, por se tratarem-se de núcleos murados sem relação com o exterior, são conjuntos segredados no tecido urbano e desconhecidos a todos. A ausência de vitalidade também contribui para o isolamento destas unidades. As ruas particulares ou os pátios são os elementos de ligação entre o espaço público e a habitação, como tal, estas unidades são definidas como semi-públicos ou semi-privados.



Fig. 38 Ilha na rua São Victor 172, Porto.

(RE)CRIAÇÃO DA ENCOSTA

As cidades têm vindo a sofrer alterações relativamente às preocupações com o indivíduo, não havendo uma preocupação comunitária. Enquanto espaço de identidade social, a cidade retrata a invenção de um sistema, o bairro um conjunto de casas e a relação rua/ casa transmite uma ideia global de privado e íntimo. O bairro é uma pertença da cidade, em constante renovação, que se desenvolve com o passar do tempo. No entanto, têm sido construídas novas unidades, conjuntos de edifícios que, tentam responder a padrões de qualidade. Enquanto espaço público, a rua evidencia-se como um cenário de articulação nas relações sociais que estabelece no espaço urbano e actua como um espaço de memórias e de transição entre público e privado. O espaço público é essencial à vida urbana, proporciona a possibilidade de sociabilizar e esta oportunidade depende da capacidade e qualidade dos espaços exteriores.²⁶

O espaço público representa um elemento gerador da vida social, funciona como pólo dinamizador do meio urbano e permite entender a identidade de cada cidade. Considerando o espaço colectivo como o vazio entre o edificado, o espaço público resulta como um miradouro de sobreposições sociais, repleto de diversidade de usos.²⁷ Como espaço de coesão social, de recolha, de partilha e de importante relevância no quotidiano, o espaço público acompanha o crescimento das cidades do mesmo modo que permite a revitalização urbana por ter capacidade de mudança e de adaptação cultural.

²⁶ Jan Gehl, *A Vida entre Edifícios*. 2017.

²⁷ Jane Jacobs, *The Death and Life of Great American Cities*. 1961.



Fig. 39 Miradouro da Penha de França.

Em todas as cidades, a convivência urbana depende do estímulo entre os habitantes, no entanto, a cada dia que passa estes momentos alteram-se devido ao comércio de rua que vai desaparecendo pelo aparecimento das novas grandes superfícies comerciais. Devido à explosão da metrópole, a cidade encontra-se descaracterizada pelo arrendamento de habitações aos turistas ocorrendo assim, a desertificação do centro histórico. A gentrificação caracterizada pela deslocação dos autóctones dos bairros históricos para áreas periféricas da cidade fez com que se sentisse uma perda de vitalidade em zonas monofuncionais. A nível residencial, foi necessária uma reinvenção social e histórica dos bairros consoante a chegada de novos residentes e visitantes. Na última década do século XX, em Lisboa, o centro histórico começou a ser recuperado, elevando o seu custo e originando o regresso ao centro, sendo que o investimento das unidades hoteleiras contribuiu para a requalificação das zonas históricas e centrais da cidade, conceito conhecido por turistificação.

Os bairros que rodeiam a Avenida Almirante Reis encontram-se consolidados e devido à carência de espaço público qualificado adjacente a este eixo, aparenta ser apenas uma via de ligação. As vilas operárias são um núcleo à parte da cidade pelas suas características visíveis em elementos como a passagem resguardada entre edifícios, onde a rua ou o pátio resultam como momentos de ligação entre a cidade e a casa, com uma noção de individualidade pelo acesso directo a cada habitação. O espaço doméstico estende-se sobre o exterior, seja pelo ambiente de convivência na rua seja pelas galerias ladeadas, criando um momento de transição e revelando uma relação directa com a cidade. Na medida em que a rua se torna a extensão da habitação, estas acabam por pertencer aos moradores por serem, geralmente, um beco, em que só quem lá habita, é que lá vai. Como tal, as vilas são consideradas, em simultâneo, lugares públicos e privados. Posto isto, um dos propósitos deste trabalho materializou-se na criação de uma nova articulação entre estas unidades.

A área da intervenção situa-se entre a Avenida Almirante Reis e a linha de fecho a Este, a encosta da Penha de França. O processo de regeneração da encosta iniciou-se a partir do repensar as relações entre a cota baixa e a cota alta deste território e como referido anteriormente, foi a partir da descoberta de três vilas operárias, que se deu início a este processo. A partir destas estruturas surgiu a possibilidade de gerar novos percursos entre cotas, com a intenção de habitar os interstícios, de modo, a que a Avenida Almirante Reis deixe de ser um ponto nevrálgico no funcionamento da cidade e que faça parte de um sistema articulado.



Fig. 40 Miradouro da Penha de França.

LUGAR | ESTRATÉGIA

A proposta passou por transformar este lugar esquecido na encosta da Penha de França. Consideraram-se duas escalas de intervenção, sendo que a primeira deu-se pela reflexão e análise da relação da encosta com a cidade e a percepção das diferentes áreas e limites que constituem este território. A uma escala mais aproximada do lugar, procurou-se reinterpretar as vilas operárias existentes, pretendendo olhar para cada unidade como um todo de modo a ser atribuída uma noção de conjunto através da sua requalificação.

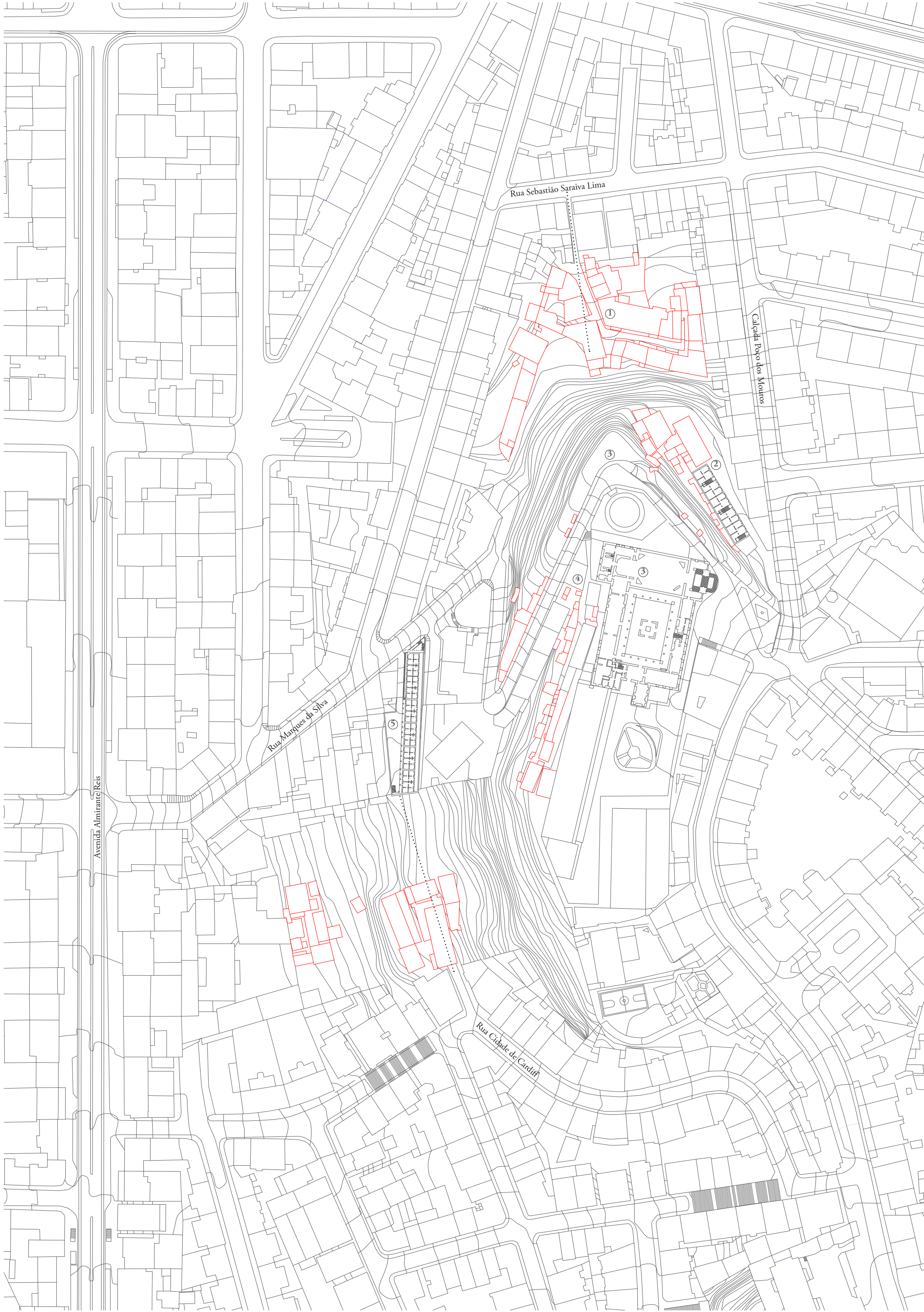
A operação baseou-se na criação de percursos de ligação entre as vilas que pretendem ter ritmos e velocidades diferentes de atravessamento. Face às ligações frágeis existentes, os percursos desenhados tornam-se colectivos e formalizam-se entre as vilas, capazes de cruzar bairros e facilitar a mobilidade entre cotas. Ao longo dos percursos, são propostos diferentes momentos de permanência que se materializam a partir de plataformas sobre a cidade, tornando-se espaços comuns de ligação entre as vilas e os diferentes equipamentos, sem início ou fim predefinido.

Foi fundamental entender quais as estruturas que iriam ser suprimidas e como referido anteriormente, existem quatro vilas operárias nesta encosta, sendo que a Vila Dejanira e a Vila Sebastião Saraiva Lima não mantiveram o seu estado de conservação ao longo do tempo, tendo-se optado pela sua demolição mas, no entanto, a Vila Dejanira é extinta de modo a criar uma plataforma de ligação. Apesar de apresentarem um bom estado de conservação, é reconstruído o interior das vilas, Gomes e Saraiva, por se considerarem insuficientes ao tipo de permanência e transformam-se agora em habitações temporárias, adaptando as estruturas pré-existent. Ao contrário do que acontecia anteriormente, pretende-se abrir estes espaços e torná-los disponíveis uma vez que o objectivo passou, também, por reinterpretar as diferentes unidades operárias.

- 1. Vila Sebastião Saraiva Lima
- 2. Vila Saraiva
- 3. Miradouro da Penha de França
- 4. Igreja de Nossa Senhora da Penha de França
- 5. Vila Dejanira
- 6. Vila Gomes

Planta da Encosta da Penha de França.
Escala 1. 1500





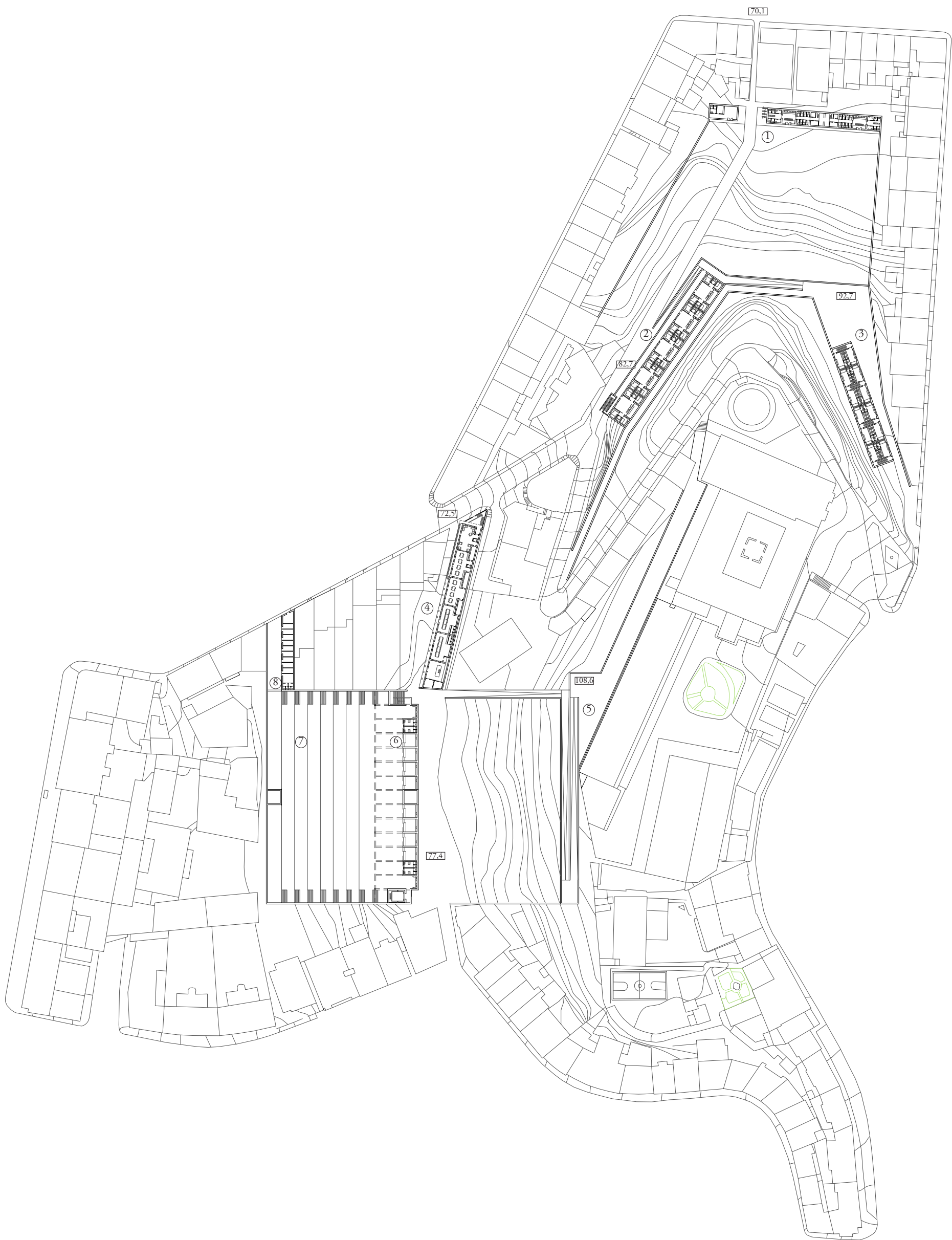
MERCADO E BANHOS PÚBLICOS

É a partir de um grande vazio urbano que são adicionados equipamentos comunitários nas extremidades deste sistema, que nascem como estruturas de articulação e complementam a vida quotidiana. O Mercado é constituído por área de lavadouros e hortas comunitárias surgindo, assim, uma forma de reabastecer e estimular a produção interna para usufruto das habitações colectivas e restante população. Devido à sua cobertura, o edifício expressa-se como uma plataforma/miradouro que remata o declive, tornando possível a ligação da rua da Vila Gomes à Rua Cidade de Cardiff. Os Banhos são compostos por espaços de relaxamento, sauna, balneários femininos e masculinos. Estes edifícios surgem como uma resposta à falta de ligações, permitindo a conexão entre cotas.

Planta da Encosta da Penha de França. Proposta.
Escala 1. 1500



- 1. Banhos
- 2. Vila Tipo
- 3. Vila Saraiva
- 4. Vila Gomes
- 5. Plataforma-miradouro (antiga Vila Dejanira)
- 6. Mercado
- 7. Hortas comunitárias
- 8. Anexos

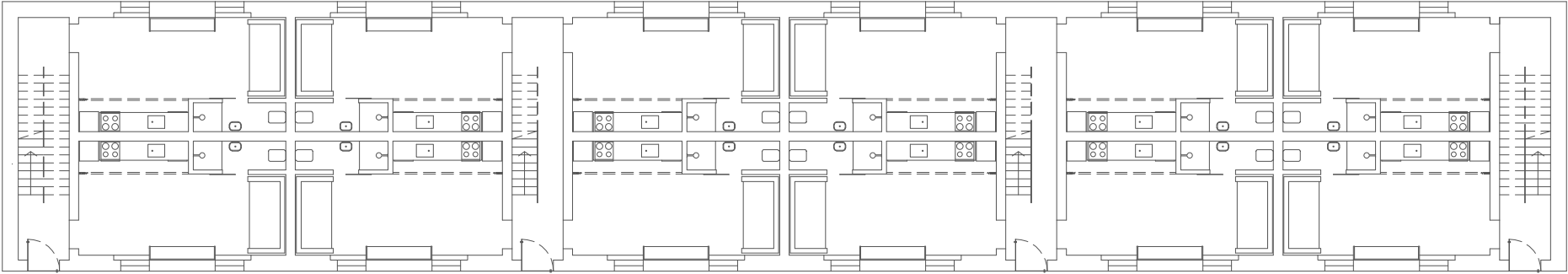
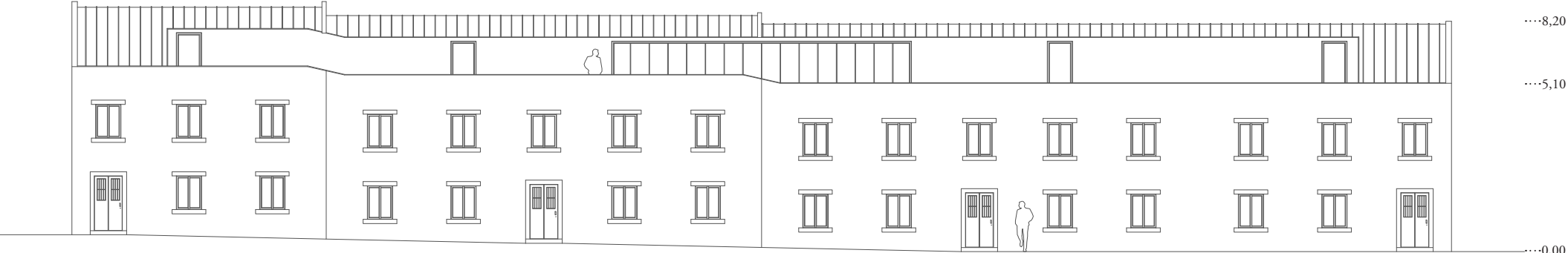


HABITAR AS VILAS OPERÁRIAS
VILA SARAIVA

A Vila Saraiva é desenvolvida a partir de três volumes. O piso térreo, é composto por 12 unidades privadas com cozinhas integradas enquanto o primeiro piso é constituído por 12 módulos, distribuídos ao longo do corredor. As vilas situam-se em locais privilegiados e o declive acentuado do terreno permite manter uma vista aberta sobre a cidade, desta forma, durante o processo, existiu a possibilidade de acrescentar um piso assim como adicionar uma nova unidade modular que pode ser acrescentada consoante as necessidades. Este segundo e último piso serve de ligação entre os três volumes e é destinado aos espaços comuns, espaço de estar e cozinha, transformando-se num observatório sobre a cidade. O edifício desenvolve-se a partir de uma estrutura em alvenaria, rebocada e pintada a branco no exterior e revestida a madeira de pinho no interior. Devido à qualidade estrutural do edifício, foi retirada a cobertura em telha e substituída por chapa de zinco galvanizado.

Alçado Nascente. Escala 1. 200

Planta Piso 0. Escala 1. 200

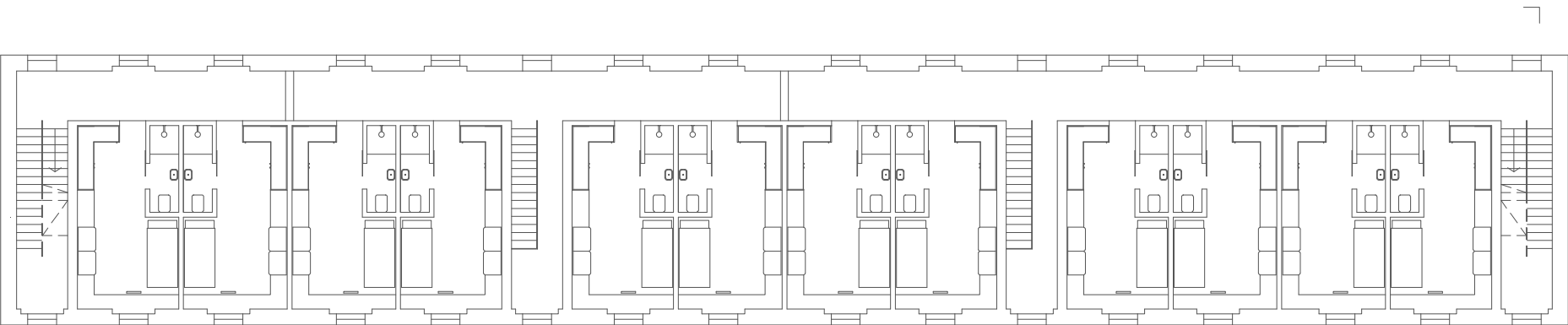
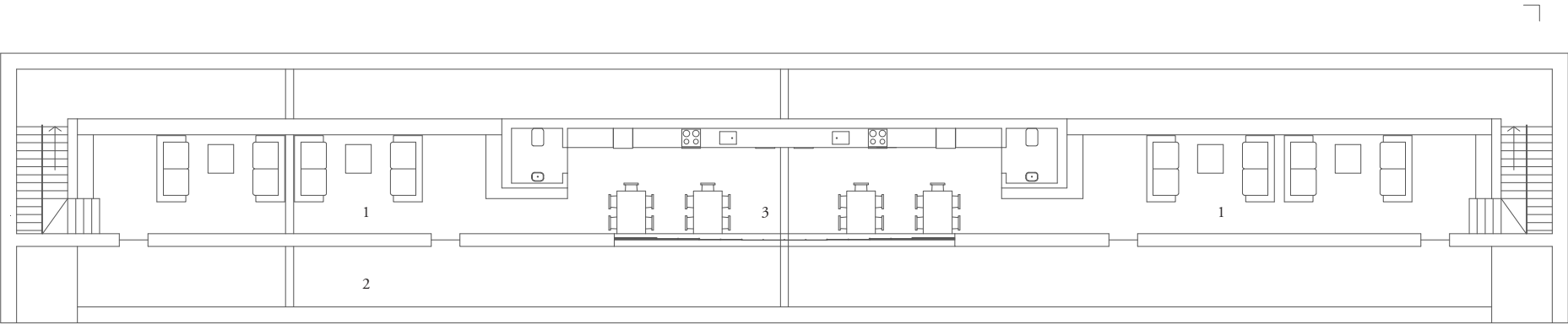
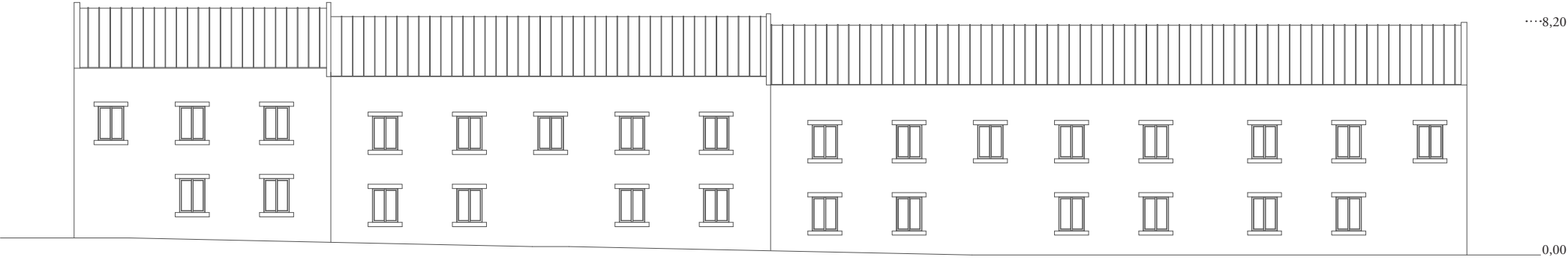


Alçado Poente. Escala 1. 200

Planta Piso 2. Escala 1. 200

1. Espaço de Estar; 2. Observatório; 3. Cozinha;
4. Módulos privados.

Planta Piso 1. Escala 1. 200



Módulo
3,15

0,00

49,10

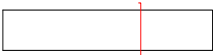


0 1 5

Corte AA'.

Escala 1. 50

1. Chapa de zinco galvanizado 20 mm; 2. Parede em alvenaria e reboco pintado de branco;
3. Caixilhos de abrir de duas folhas; 4. Lajetas de betão 40 mm; 5. Micro cimento 30 mm.



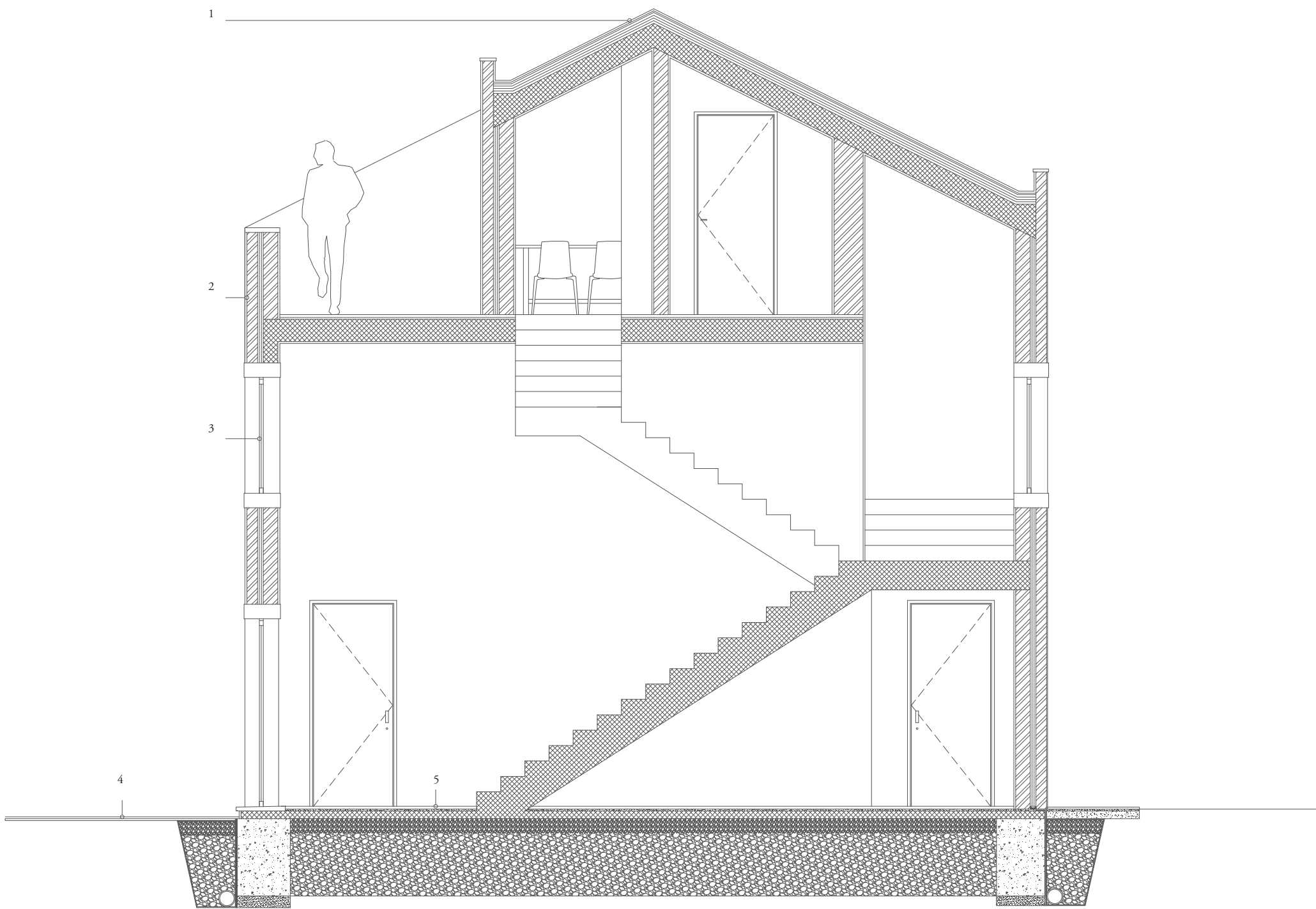




Fig. 41 Unidade integrada.



Fig. 42 Espaço de estar.

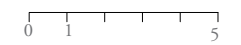
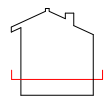
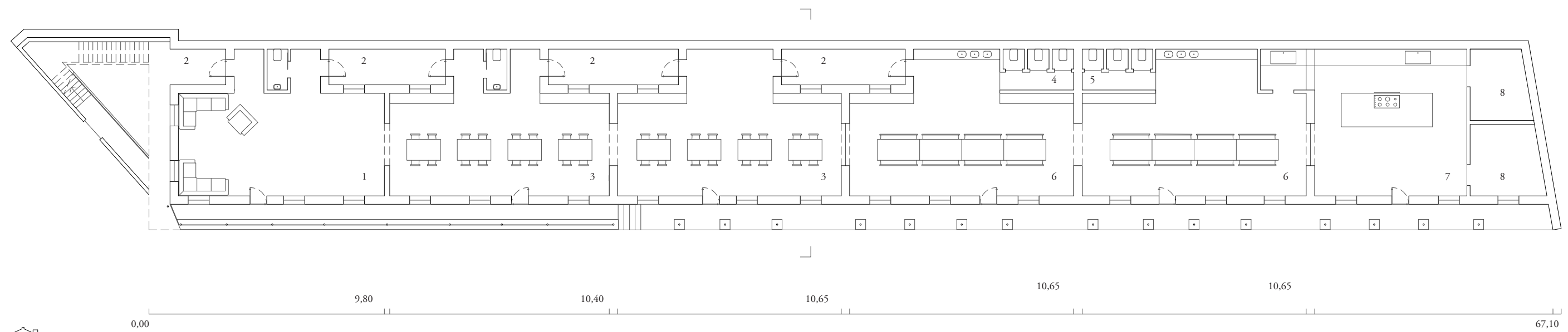
VILA GOMES

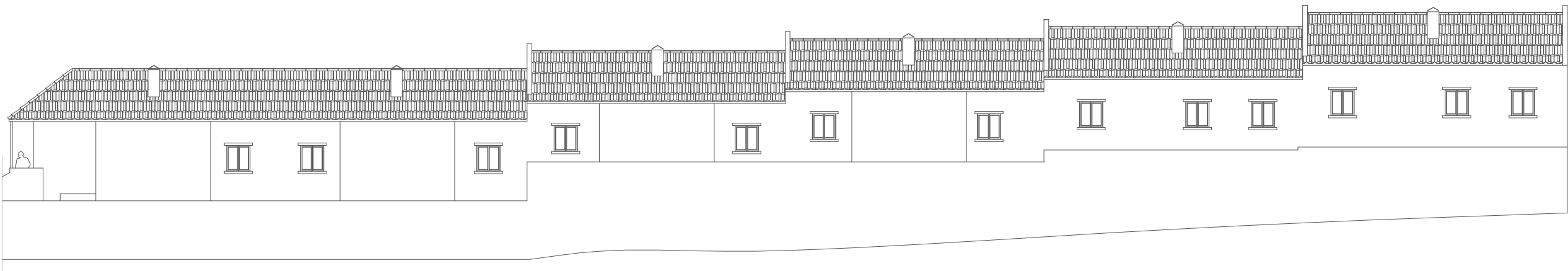
A Vila Gomes é considerada o núcleo central deste sistema, por possuir o maior número de espaços partilhados. No piso térreo, o edifício é composto por uma área comum, cantina comunitária e sala de estudo, possibilitando o uso do mesmo espaço para outros programas, fora dos horários de refeição. No segundo piso, é criado um sistema modelar, constituído por 6 unidades para uma ocupação total de 22 habitantes, com quatro módulos privados desenhados em torno do espaço comum da casa. O acesso é feito através de uma escada exterior no alçado Norte e por uma entrada em galeria no alçado Poente. O edifício desenvolve-se a partir de uma estrutura mista de madeira e alvenaria, rebocada e pintada a branco, mantendo a métrica do alçado pré-existente sendo que a cobertura em telha é requalificada.

Alçado Poente. Escala 1. 200

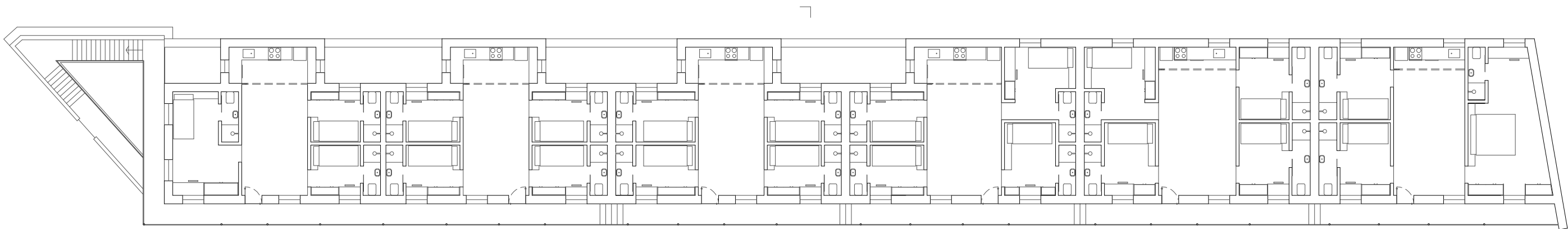
Planta Piso 0. Escala 1. 200

1. Espaço de Estar; 2. Logradouro; 3. Sala de Estudo; 4. Instalação sanitária masculina; 5. Instalação sanitária feminina; 6. Cantina Comunitária; 7. Cozinha; 8. Arrumos.





Alçado Nascente. Escala 1. 200



Acesso
0,97

Módulo
3,10

Sala de Estar
3,10

BB'

0,00

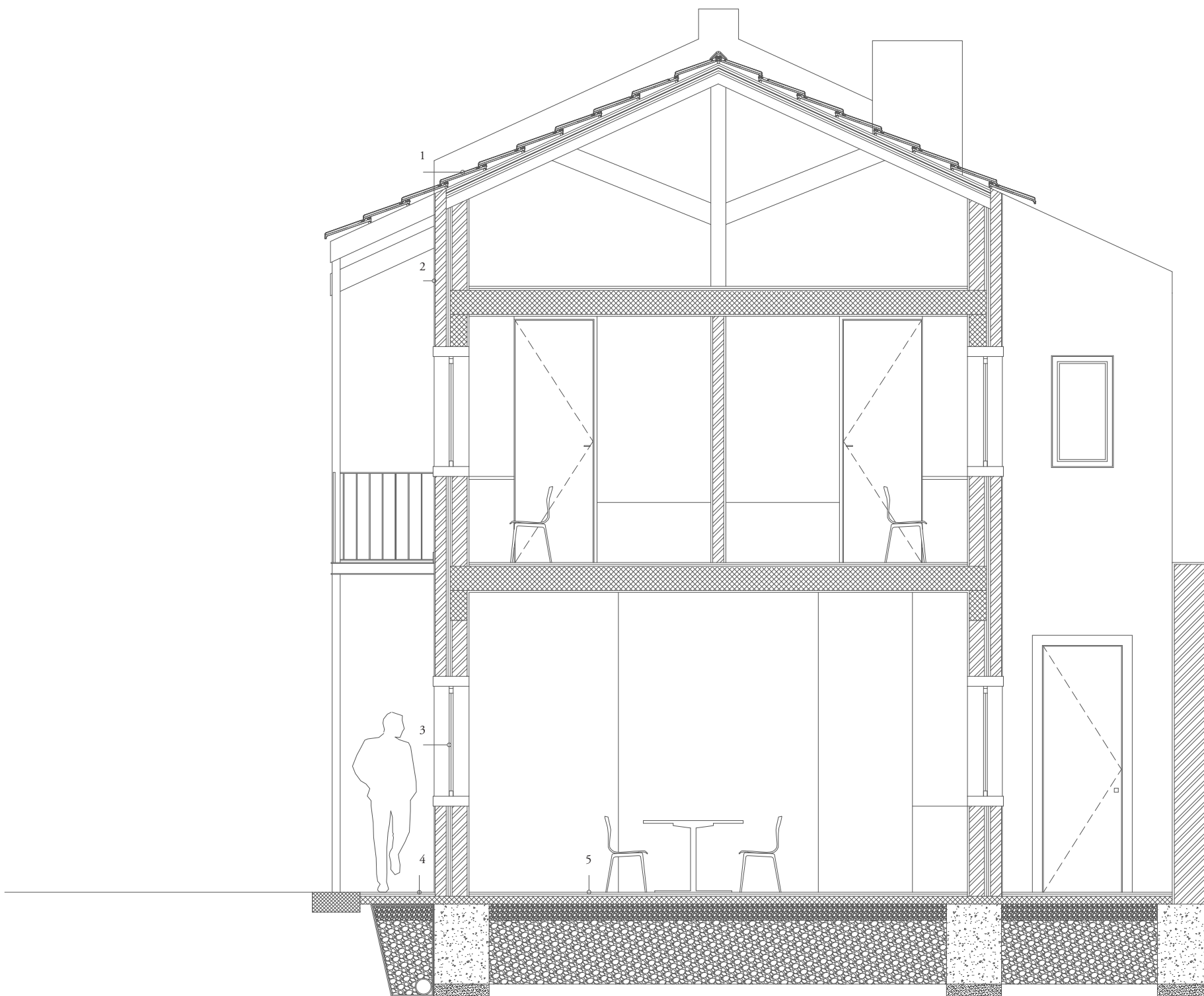
67,10



Planta Piso 1. Escala 1. 200



0 1 5



Corte BB'.

Escala 1. 50

1. Chapa de zinco galvanizado 20 mm;
2. Parede em alvenaria e reboco pintado de branco;
3. Caixilhos de abrir de duas folhas;
4. Lajetas de betão 40 mm;
5. Micro cimento 30 mm.





Fig. 43 Sala de estudo.



Fig. 44 Módulo.

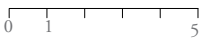
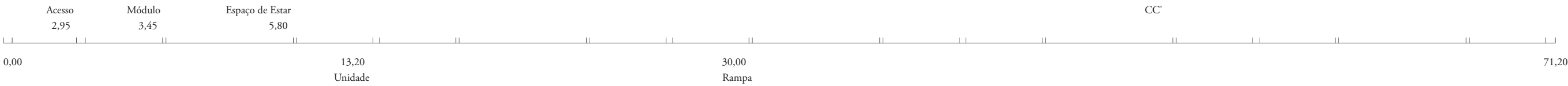
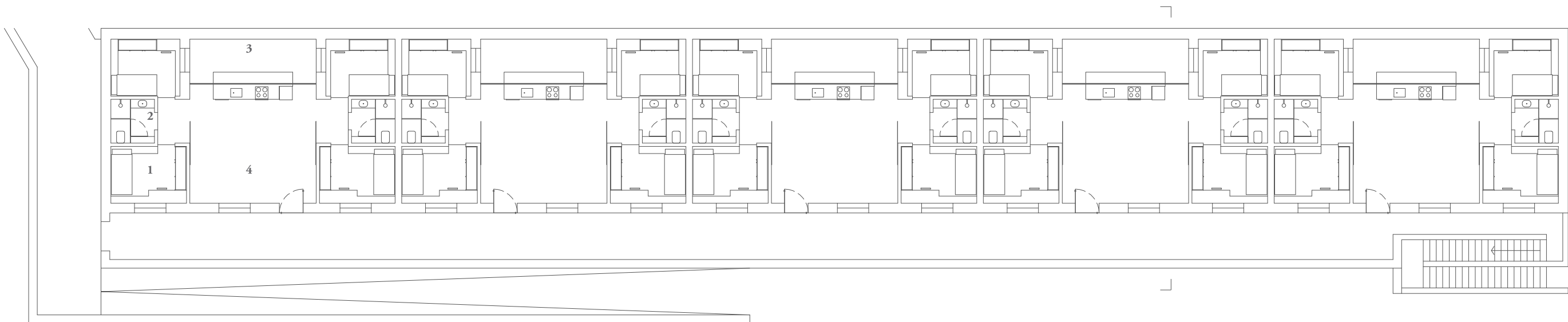
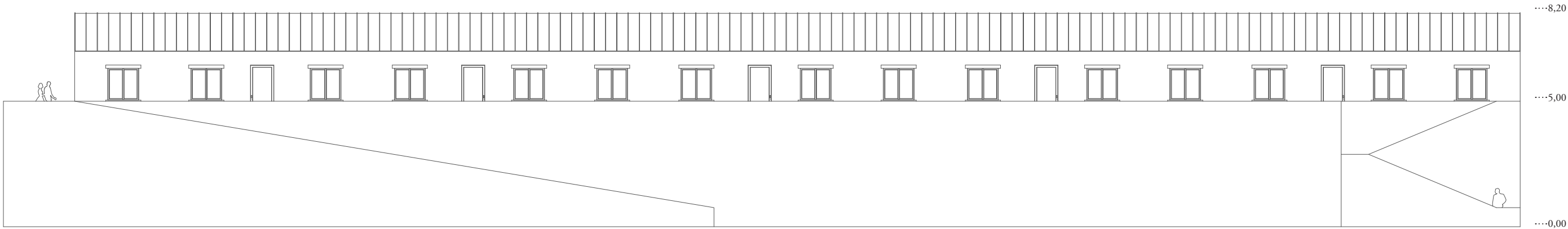
VILA TIPO

Paralelamente, nasce um novo modelo habitacional que permite desenvolver novas formas de habitar, potencializando uma possível proposta a explorar em contextos semelhantes, como outras vilas operárias em Lisboa. De piso único, esta vila foi gerada através de 5 unidades, com um total de 20 módulos privados, existindo sempre a possibilidade destes serem adicionados. O edifício desenvolve-se a partir de uma estrutura em alvenaria, rebocada e pintada a branco, de forma a manter a mesma linguagem das vilas existentes, a cobertura é em chapa de zinco galvanizado, sendo que os materiais utilizados pretendem ter o menor custo possível.

Alçado Poente. Escala 1. 200

Planta Piso Único. Escala 1. 200

1. Módulo; 2. Instalação sanitária; 3. Pátio;
4. Espaço de Estar





Escala 1. 50

1. Chapa de zinco galvanizado 20 mm; 2. Parede em alvenaria e reboco pintado de branco; 3. Caixilhos de abrir de duas folhas; 4. Microcimento 30 mm; 5. Lajetas de betão 40 mm.



Fig. 45 Espaço comum.



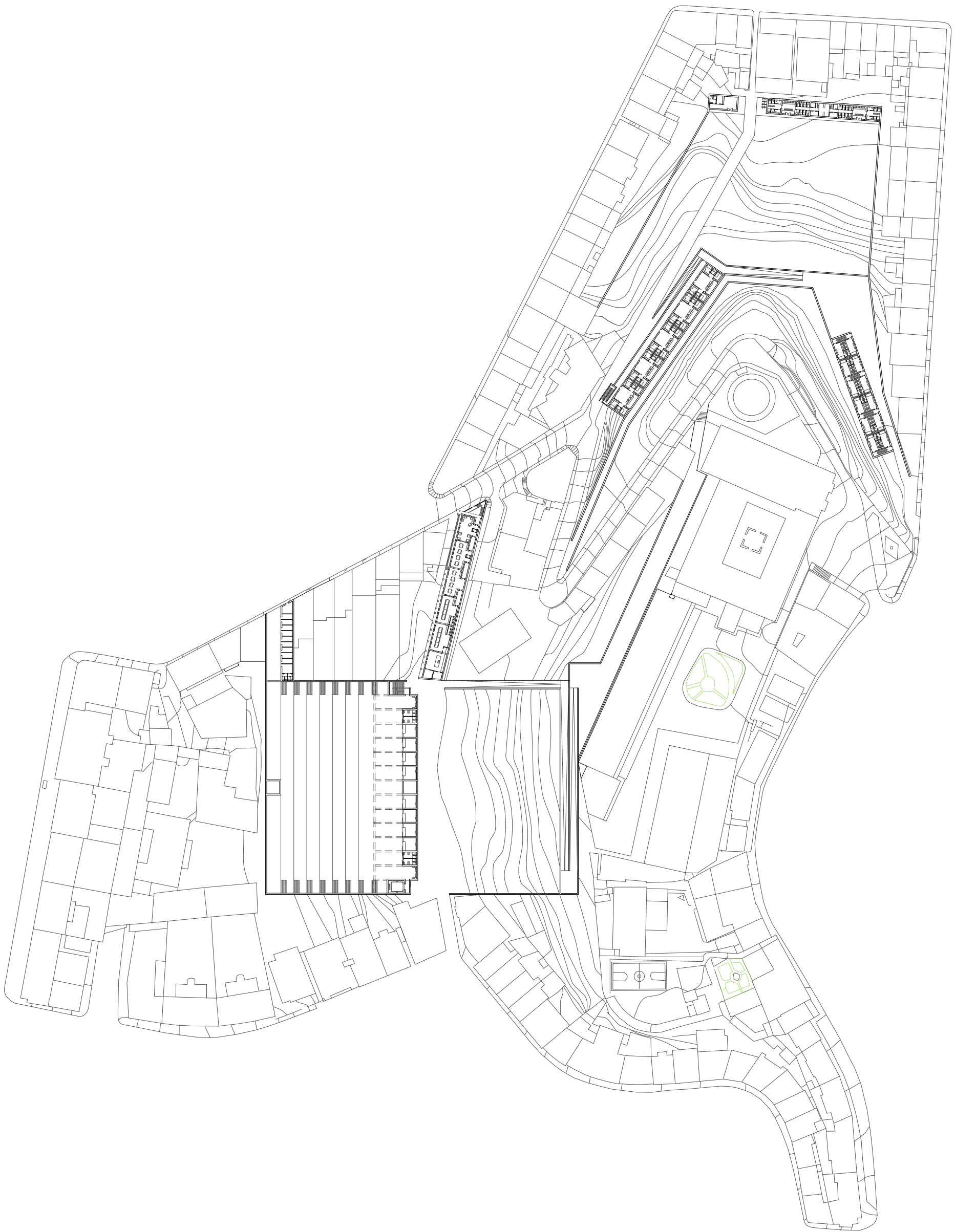
Fig. 46 Espaço comum.

CONCLUSÃO

As ilhas e as vilas operárias nasceram não só para dar resposta à população que migrou durante a Revolução Industrial, mas resultaram também de um exemplo de arquitectura vernacular que espelha a memória de uma população ainda rural. Embora disfuncionais no tecido urbano devido à sua colocação em lotes profundos e sem qualquer tipo de relação com a frente de rua, as suas estruturas permaneceram intactas ao longo dos tempos, resistindo na cidade. Neste contexto, são propostos novos modelos de habitação colectiva que sugerem novas formas de as habitar.

A presente dissertação teve como objectivo aprofundar o conhecimento da evolução da habitação colectiva e analisar o espaço doméstico, dando um exemplo de sobrevivência destas células no meio urbano.

Esta operação tornou-se possível a partir da requalificação das vilas operárias na encosta da Penha de França, que permitiram desenhar espaços que traduzem as necessidades actuais, salvaguardando a sua memória enquanto património que traduz a evolução do território.



ÍNDICE DE FIGURAS

- p. 009 Fig. 01 Vista Sul sobre a Avenida Almirante Reis.
Biblioteca de Arte da Fundação Calouste Gulbenkian. Lisboa, 1957-58.
- p. 015 Fig. 02 Litografia de Rob Krammerer de 1899-1900.
<http://restosdecoleccion.blogspot.com/>
- p. 017 Fig. 03 Carta Topográfica da cidade de Lisboa. Filipe Folque, 1856-58.
- p. 025 Fig. 04 Vista aérea sobre a Alameda D. Anfonso Henriques.
Arquivo Fotográfico da Câmara Municipal de Lisboa, 1950.
- p. 027 Fig. 05 Avenida Almirante Reis e Largo do Intendente. Paulo Guedes, AML.
- p. 031 Fig. 06 Avenida Infante Santo, Lisboa. A. I. Bastos, 1969.
- p. 033 Fig. 07 Vista do Convento de Arroios. Paulo Guedes, AML.
- p. 033 Fig. 08 Vista da Igreja de Nossa Senhora da Penha de França.
Paulo Guedes, AML.
- p. 035 Fig. 09 Penha de França. Mário Novais, 1949.
Biblioteca de Arte da Fundação Calouste Gulbenkian.
- p. 037 Fig. 10. 11. Vila Dejanira, Lisboa. Carlota Lopes da Silva, 2019.
- p. 037 Fig. 12 Vila Sebastião Saraiva Lima, Lisboa. Carlota Lopes da Silva, 2019.
- p. 037 Fig. 13. 14. 15. Vila Gomes, Lisboa. Carlota Lopes da Silva, 2019.
- p. 037 Fig. 16. 17. 18. 19. Vila Saraiva, Lisboa. Carlota Lopes da Silva, 2019.
- p. 041 Fig. 20 Planta Casa Tipo para quatro famílias. Henry Roberts, 1851.
<https://www.perpetualoutput.com/>
- p. 043 Fig. 21. 22. Westhausen. Frankfurt, 1929. <http://www.ferdinand-kramer.org/>
- p. 045 Fig. 23 Ilha, Porto. <https://pontosdevista.pt/>
- p. 047 Fig. 24 Pátio do Biaggi, Amoreiras. Eduardo Portugal.
Arquivo Fotográfico da Câmara Municipal de Lisboa.
- p. 049 Fig. 25 Vila Sousa, Graça.
- p. 051 Fig. 26 Vila Dias. Arquivo Fotográfico da Câmara Municipal de Lisboa.
Alberto Carlos Lima.
- p. 051 Fig. 27 Vila Dias. Xabregas, Lisboa. Pedro Guimarães, 2013.
<http://www.pedroguimaraes.net/>
- p. 053 Fig. 28 Bairro Estrela d' Ouro. Graça, Lisboa, 2014.
<http://maislisboa.fcsh.unl.pt/>
- p. 055 Fig. 29 Bairro das Casas Económicas. Bairro Arco do Cego, Lisboa, 1918-1935.
<https://journals.openedition.org/>
- p. 057 Fig. 30 As operações SAAL. <http://www.optecfilmes.com/as-operacoes-saal>
- p. 057 Fig. 31 O processo colectivo e participativo para a habitação.
<https://www.architectural-review.com/>
- p. 059 Fig. 32 Bairro de São Victor, Porto.
- p. 061 Fig. 33 Bairro da Bouça, Porto. <https://www.archdaily.com.br/>
- p. 063 Fig. 34 Quinta da Malagueira, Álvaro Siza. Évora. <https://www.archdaily.com.br/>

p. 065	Fig. 35 Quinta da Malagueira, Álvaro Siza. Évora. https://portugueseearchitectures.wordpress.com/
p. 067	Fig. 36 Bairro Rainha D. Leonor, Porto. http://www.afaconsult.com/
p. 067	Fig. 37 Bairro Rainha D. Leonor. Leonardo Finotti.
p. 069	Fig. 38 Ilha na rua São Victor 172, Porto. http://www.baau.pt/project/reabilitacao-de-ilha-na-rua-s-vitor-172/
p. 073	Fig. 39 Miradouro da Penha de França. Carlota Lopes da Silva, 2019.
p. 075	Fig. 40 Miradouro da Penha de França. Carlota Lopes da Silva, 2019.
p. 087	Fig. 41 Unidade integrada. Carlota Lopes da Silva, 2019.
p. 089	Fig. 42 Espaço de estar. Carlota Lopes da Silva, 2019.
p. 097	Fig. 43 Sala de estudo. Carlota Lopes da Silva, 2019.
p. 099	Fig. 44 Módulo. Carlota Lopes da Silva, 2019.
p. 105	Fig. 45 Espaço comum. Carlota Lopes da Silva, 2019.
p. 107	Fig. 46 Espaço comum. Carlota Lopes da Silva, 2019.

ÍNDICE DE PLANTAS

p. 018	Planta de Lisboa. Escala 1.15 000. Carlota Lopes da Silva, 2019.
p. 020	Evolução da Avenida Almirante Reis. Escala 1. 12 500. Carlota Lopes da Silva, 2019.
p. 023	Planta Avenida Almirante Reis, 2016. Escala 1. 12 500. Carlota Lopes da Silva, 2019.
p. 029	Planta Avenida Almirante Reis. Escala 1. 12 500. Carlota Lopes da Silva, 2019.
p. 077	Planta da Encosta da Penha de França. Escala 1. 1500. Carlota Lopes da Silva, 2019.
p. 079	Planta da Encosta da Penha de França. Proposta. Escala 1. 1500. Carlota Lopes da Silva, 2019.
p. 081	Alçado Nascente. Planta Piso 0. Escala 1. 200. Carlota Lopes da Silva, 2019.
p. 083	Alçado Poente. Planta Piso 2. Planta Piso 1. Escala 1. 200. Carlota Lopes da Silva, 2019.
p. 085	Corte AA'. Escala 1. 50. Carlota Lopes da Silva, 2019.
p. 087	Alçado Poente. Planta Piso 0. Escala 1. 200. Carlota Lopes da Silva, 2019.
p. 091	Alçado Nascente. Planta Piso 1. Escala 1. 200. Carlota Lopes da Silva, 2019.
p. 093	Corte BB'. Escala 1. 50. Carlota Lopes da Silva, 2019.
p. 097	Alçado Poente. Planta Único. Escala 1. 200. Carlota Lopes da Silva, 2019.
p. 098	Corte CC'. Escala 1. 50. Carlota Lopes da Silva, 2019.
p. 102	Planta Proposta. Escala 1. 1500. Carlota Lopes da Silva, 2019.

BIBLIOGRAFIA

ARAÚJO, Norberto de. *Peregrinações em Lisboa*. Volume I e II. Editora Lisboa.

Atlas de Lisboa: A Cidade no Espaço e no Tempo. Editora Contexto. 1993.

AYMONINO, Carlo. *La Vivienda Racional: Ponencias de los Congressos CIAM 1929-1930*. Editorial Gustavo Gili. Barcelona, 1976.

BANDEIRINHA, José António. *O processo SAAL e a Arquitectura no 25 de Abril de 1974*. Imprensa da Universidade de Coimbra, 2017.

Dicionário da História de Lisboa. Dir. Francisco Santana e Eduardo Sucena. Lisboa, 1994. VIII, 991.

FRAMPTON, Kenneth. *História Crítica de la Arquitectura Moderna*. GG, Barcelona, 1993.

GEHL, Jan. *A Vida entre Edifícios*. Trad. Tiago Mesquita Carvalho. Tigre de Papel. Lisboa, 2017. Tít. orig.: Livet Melem Husene. 1971.

Guia urbanístico e arquitectónico de Lisboa. Associação dos Arquitectos Portugueses. Edição apoiada por Câmara Municipal de Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian e Instituto Português do Património Cultural. Lisboa, 1987.

Habituação para o Maior Número: Portugal - Os Anos de 1950-1980. Coord. Nuno Portas. Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana e Câmara Municipal de Lisboa. Out., 2013.

JACOBS, Jane. *The Death and Life of Great American Cities*. Random House, Inc. New York, 1961.

LEITE, Ana Cristina; VILHENA, João Francisco. *Pátios de Lisboa: Aldeias entre muros*. Gradiva. Lisboa, Nov., 1991.

Lisboa de Frederico Ressano Garcia 1874 – 1909. Dir. Raquel Henriques da Silva. Fundação Calouste Gulbenkian. Lisboa, Abril/ Maio, 1989.

LOBO, Inês. *Colina de Santana: Projecto Urbano*. Lisboa, 2009.

LOBO ARQUITECTOS, Inês. *Lisbon Ground*. Lisboa: Gráfica Maiadouro, 2012.

NEVES, Eduardo. *Igreja de Nossa Senhora da Penha de França*. Fundação Calouste Gulbenkian. Lisboa, 1938.

O Processo SAAL: arquitectura e participação 1974 – 1976. Fundação de Serralves. Porto, 2014.

PEREIRA, Nuno Teotónio. *Evolução das formas de habitação plurifamiliar na Cidade Lisboa*. Câmara Municipal de Lisboa. 2017.

PEREIRA, Nuno Teotónio. *Prédios e Vilas de Lisboa*. Livros Horizonte. Set., 1995.

PORTAS, Nuno. *O Ser Urbano: nos caminhos de Nuno Portas*. Imprensa Nacional Casa da Moeda. Abril, 2012.

RODRIGUES, Maria João. A produção do espaço urbano na Lisboa Oitocentista in *Tradição, Transição e Mudança*. Lisboa, 1979.

SALGUEIRO, Teresa Barata. *A Cidade em Portugal: Uma Geografia Urbana*. Edições Afrontamento. 1992.

SALGUEIRO, Teresa Barata. Habitação Operária em Lisboa in *Arquitectura: Planeamento, Design, Construção, Equipamento*. Ano III, 4ª série, nº 143. Lisboa, Set., 1981.

SANTOS, José Paulo. *Alvaro Siza: Obras y Proyectos 1954-1992*. Editorial Gustavo Gili. Barcelona, 1993.

SEQUEIRA, Marta. *O Guia de Arquitetura Álvaro Siza: Projetos Construídos em Portugal*. Livraria A+A. Lisboa, Jul., 2017.

TEIGE, Karel. *The minimum dwelling*. Trad. Eric Dluhosch. MIT. Massachusetts, 2002. Tít. orig.: Nejmensi byt. 1932.

TEIXEIRA, Manuel. *Habitação Popular na Cidade Oitocentista. As Ilhas do Porto*. Fundação Calouste Gulbenkian. Lisboa, 1996.

ARTIGOS E PUBLICAÇÕES

BANDEIRINHA, José António. Nuno Teotónio Pereira 1950 – 1970: Arquitectura como prática política in *Estudo Prévio*. Revista do Centro de Estudos de Arquitectura, Cidade e Território da Universidade Autónoma de Lisboa. P04, EP10, 2016.

CARVALHO, Ricardo. Ler Nuno Teotónio Pereira: uma realidade existencial in *Estudo Prévio*. Revista do Centro de Estudos de Arquitectura, Cidade e Território da Universidade Autónoma de Lisboa. P07, EP10, 2016, p. 4.

COSTA, Alexandre Alves. A Ilha Proletária como Elemento Base do Tecido Urbano: Algumas Considerações sobre um Título Enigmático in *Jornal Arquitectos*. 2002, nº 204.

COSTA, Alexandre Alves. As Operações SAAL in *Jornal Arquitectos*. Ordem dos Arquitectos. Jul. - Set., 2009, nº 236.

Plano de Pormenor para a zona da Malagueira – Évora in *Arquitectura: Planeamento, Design, Construção, Equipamento*. Dir. José Ressano Garcia Lamas. Editora Casa Viva, 4ª série, nº 132. Lisboa, Fev./ Março, 1979.

GRAÇA, João Luís Carrilho da. Metamorfose in *Jornal Arquitectos*, Maio - Jun., 2002, nº 206, p. 8 - 11.

LACERDA, Manuel. Entre a Memória e a Criação in *Revista Património*. Direcção-Geral do Património Cultural. Nov., 2014, nº 2.

LOBO, Inês. Conjunto de Habitação Municipal Rainha D. Leonor in *Jornal Arquitectos*. Ordem dos Arquitectos. Jul. - Set., 2009, nº 236.

PINTO, Paulo Tormenta. Construir no SUL – Laboratório para os Fundamentos da Arquitectura Portuguesa Contemporânea in *Estudo Prévio*. Revista do Centro de Estudos de Arquitectura, Cidade e Território da Universidade Autónoma de Lisboa. P01, EP09, 2016.

PEREIRA, Nuno Teotónio. Habitação Social: Habitações para o maior número in *Arquitectura*. Volume XXIX. Jul. – Ago., 1969, nº 110, p. 181 - 183.

PEREIRA, Nuno Teotónio. Pátios e Vilas de Lisboa, 1870-1930: A Promoção Privada do Alojamento Operário in *Análise Social*. Volume XXIX. 1994.

RAMALHETE, Filipa; SANTOS, Teresa; SOARES, Nuno; VICENTE, Raquel. Avenida Almirante Reis: diagnóstico urbano in *Estudo Prévio*. Revista do Centro de Estudos de Arquitectura, Cidade e Território da Universidade Autónoma de Lisboa. P01, EP11, 2017.

SALGUEIRO, Teresa Barata. A Promoção Habitacional e o 25 de Abril in *Revista Crítica de Ciências Sociais* nº 18/ 19/ 20, Fev., 1986.

SIZA, Álvaro. SAAL Conjunto Habitacional da Bouça, Porto in *Jornal Arquitectos*. Ordem dos Arquitectos. Jul. - Set., 2008, nº 232.

SIZA, Alvaro. The proletarian 'island' as a basic element of the urban tissue in *Lotus International*. Rivista Trimestrale di Architettura nº 13. Quarterly Architectural Review. Gruppo Editoriale Electa.

TEIXEIRA, Manuel. *Análise Social*. Vol. XXVII 115 e XXVIII 121 (2º). 1993.

TOMÁS, Ana Leonor. *Cidade Oculta: A Vila Operária*. Actas do Seminário Estudos Urbanos. Jul., 2007.

VENEZIA, Francesco. Built on the site in *Lotus International*. Rivista Trimestrale di Architettura nº 37. Quarterly Architectural Review. Gruppo Editoriale Electa. 1983.

FONTES ONLINE

<http://www.cm-lisboa.pt>

<http://www.optecfilmes.com/as-operacoes-saal/>

<https://desobedoc.wordpress.com/2014/04/09/casas-para-o-povo-de-catarina-alves-costa-2010/>

<https://sicnoticias.pt/programas/vizinhos/2016-05-28-A-revolucao-e-as-casas-de-Siza-no-Porto>

FILMOGRAFIA

DIAS, João. As Operações SAAL. Portugal, 2007.

AGRADECIMENTOS

À escola que me despertou um olhar curioso.
Aos meus pais, avós e amigos pelo apoio e carinho.
Aos professores Inês Lobo e Ricardo Carvalho pelo rigor e entusiasmo.

Obrigada.